

PETIÇÃO 12.732 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : SOB SIGILO
ADV.(A/S) : SOB SIGILO
AUT. POL. : SOB SIGILO

DECISÃO

Trata-se de PET autuada nesta SUPREMA CORTE por prevenção à Pet 11.108/DF, em que, por meio do Ofício n. 2661800/2024 – CGCINT/DIP/PF, o Delegado de Polícia DANIEL CARVALHO BRASIL NASCIMENTO oferece REPRESENTAÇÃO pelo deferimento de inúmeras diligências criminais: **(a)** pelo compartilhamento das provas produzidas na presente investigação com procedimentos investigatórios (Inq 4.781/DF, Inq 4.828/DF e Inq 4.874/DF) que tramitam nesta CORTE; **(b)** pela autorização para o uso das provas produzidas no IPL n. 2021.0017297-SIP/SR/PF/DF (EVENTO RENAN BOLSONARO); **(c)** pela autorização para a utilização do áudio transcrito na IPL n. 2404151/2024; **(d)** pela decretação da prisão preventiva de **MATEUS DE CARVALHO SPOSITO** (CPF n. 218.442.278-98), de **RICHARDS DYER POZZER** (CPF n. 031.986.259-39), de **ROGÉRIO BERALDO DE ALMEIDA** (CPF n. 151.937.388-0), de **MARCELO ARAÚJO BORMEVET** (CPF n. 007.457.567-86) e de **GIANCARLO GOMES RODRIGUES** (CPF n. 70.864.947-55); **(e)** pela imposição das seguintes medidas cautelares diversas da prisão a **JOSÉ MATHEUS SALES GOMES** (CPF n. 054.246.383-09) e **DANIEL RIBEIRO LEMOS** (CPF n. 001.080.746-25): **(e.1)** determinação da entrega do passaporte pessoal e/ou documento funcional; **(e.2)** proibição de acesso ou frequência a qualquer das dependências da Polícia Federal, salvo quando intimados para formalização de ato no bojo de processo administrativo disciplinar, judicial, inquérito policial e outros correlatos; **(e.3)** proibição de manter contato com quaisquer dos investigados (e/ou testemunha), seja diretamente ou por intermédio de 3as (terceiras) pessoas; **(e.4)** proibição de ausentar-se, sem licença, do município de sua residência e/ou do

Distrito Federal; **(e.5)** recolhimento domiciliar no período noturno; **(e.6)** suspensão do exercício de função pública, sem prejuízo de seus vencimentos, pelo maior período necessário para o término de procedimento administrativo disciplinar e/ou término das investigações sobre os fatos aqui apresentados; **(e.7)** suspensão do acesso à rede, sistemas e demais serviços da infraestrutura da Polícia Federal, ressalvados aqueles de gestão pessoal; **(f)** pelo deferimento de medida de busca e apreensão domiciliar (residência e trabalho), veicular e pessoal, nos endereços vinculados aos investigados **MATEUS DE CARVALHO SPOSITO** (CPF n. 218.442.278-98), **JOSÉ MATHEUS SALES GOMES** (CPF n. 054.246.383-09), **DANIEL RIBEIRO LEMOS** (CPF n. 001.080.746-25), **RICHARDS DYER POZZER** (CPF n. 031.986.259-39), **ROGÉRIO BERALDO DE ALMEIDA** (CPF n. 151.937.388-0), **MARCELO ARAÚJO BORMEVET** (CPF n. 007.457.567-86) e **GIANCARLO GOMES RODRIGUES** (CPF n. 70.864.947-55), inclusive com a necessidade de disposição no mandado de busca e apreensão sobre: **(f.1)** a "*intimação expressa para ciência do interessado de que se trata de medida investigativa envolvendo organização criminosa e os atos que frustrem a eficácia da medida inclusive a demora em franquear o acesso aos policiais federais aos locais de busca ou de resistência à busca pessoal e veicular poderão ensejar na conduta do delito do art. 22, §12, da Lei 12.850/2013*"; **(f.2)** a "*autorização para uso de força no intuito de romper qualquer obstáculo à execução do mandado, especialmente, portas, cofres, gavetas, paredes, armários e outros ambientes ou móveis nos limites espaciais do mandado, desde que negado o acesso pelos investigados ou na hipótese de não estarem presentes no local das buscas*"; **(f.3)** a "*autorização para acesso ao conteúdo de quaisquer documentos, correspondências, mídias de armazenamento, aparelhos eletrônicos, computadores e quaisquer outros elementos encontrados durante as buscas, afastando o sigilo de dados (artigo 52, inciso XII, da CF)*"; **(f.4)** a "*decretação da quebra de sigilo de dados informáticos e correspondências pessoais para o acesso a documentos, mídias, dispositivos eletrônicos, celulares, computadores e outros elementos encontrados em buscas, incluindo os armazenados na nuvem*"; **(f.5)** a "*autorização para as Autoridades Policiais acessarem o conteúdo dos computadores no local das buscas e de*

PET 12732 / DF

arquivos eletrônicos apreendidos, incluindo comunicações eventualmente registradas"; e (f.6) a "autorização para acesso aos vestígios digitais em nuvem por meio de credenciais eventualmente obtidas, bem como acesso aos arquivos armazenados em nuvem da instituição vinculada ao investigado"; (g) pela autorização do compartilhamento de provas com a Corregedoria da ABIN para instrução dos procedimentos administrativos e/ou sindicâncias em andamento.

Em 1º de julho de 2024 encaminhei os autos à Procuradoria-Geral da República.

Na data de 08 de julho de 2024, a Polícia Federal apresentou complementação da representação.

Ainda em 08 de julho de 2024, a Procuradoria-Geral da República manifestou-se pelo:

a) indeferimento da decretação de prisão preventiva contra Mateus de Carvalho Sposito, Richards Dyer Pozer, Rogério Beraldo de Almeida, Marcelo Araújo Bormevet e Giancarlo Gomes Rodrigues, aguardando-se a fixação das medidas cautelares alternativas indicadas nesta cota;

b) manutenção das medidas cautelares restritivas de direito diversas da prisão contra Carlos Afonso Gonçalves Gomes Coelho, Carlos Magno de Deus Rodrigues, Felipe Arlotta Freitas, Henrique César Prado Zordan, Luiz Felipe Barros Felix;

c) fixação de medidas cautelares restritivas de direito diversas da prisão contra José Matheus Sales Gomes e Daniel Ribeiro Lemos;

d) autorização da medida de busca e apreensão domiciliar, veicular e pessoal contra de Mateus de Carvalho Sposito, José Matheus Sales Gomes, Daniel Ribeiro Lemos, Richards Dyer Pozer, Rogério Beraldo de Almeida, Marcelo Araújo Bormevet e Giancarlo Gomes Rodrigues, com exceção da possível busca nas dependências do Congresso Nacional;

e) compartilhamento das provas produzidas na presente investigação com os demais inquiridos em andamento,

materializados nas petições 4781, 4828 e 4874;

f) autorização para uso das provas produzidas no IPL n. 2021.0017297 – SIP/SR/PF/DF (Evento – Renan Bolsonaro);

g) autorização para utilização do áudio transcrito na IPJ n. 2404151/2024;

h) indeferimento da autorização de compartilhamento de provas com a Corregedoria da ABIN, para instrução dos procedimentos administrativos e/ou sindicâncias em andamento.

É o relatório. Decido.

I) DOS ANTECEDENTES INVESTIGATÓRIOS A RESPEITO DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA RESPONSÁVEL POR SE UTILIZAR DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA *FIRST MILE* PELA ABIN PARA MONITORAR DISPOSITIVOS MÓVEIS.

Nos autos da Pet 12.027/DF, a autoridade policial, após aprofundamento das investigações na Pet 11.108/DF e na Pet 11.840/DF, identificou a existência de uma organização criminosa, nos moldes do art. 2º, da Lei n. 12.850/13, com intuito de monitorar ilegalmente pessoas e autoridades públicas, em violação ao art. 10, da Lei n. 9.296/96 (com a redação dada pela Lei n. 13.869/19), invadindo aparelhos e computadores, além da infraestrutura de telefonia, incidindo no art. 154-A, do Código Penal (com redação dada pela Lei n. 12.737/12). A Polícia Federal afirmou que as investigações estariam relacionadas com os seguintes eixos de atuação na ABIN entre os anos de 2019 e 2021:

- i) NÚCLEO-PF;
- i.i) NÚCLEO DA ALTA-GESTÃO;
- i.ii) NUCLEO SUBORDINADOS;
- ii) NÚCLEO-EVENTO PORTARIA 157;
- iii) NÚCLEO-TRATAMENTO LOG.

Segundo a autoridade policial, as investigações concluíram que foi utilizado o sistema de inteligência *First Mile* pela ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) no monitoramento de dispositivos móveis, sem a necessidade de interferência e/ou ciência das operadoras de telefonia e sem a necessária autorização judicial. O referido sistema, fornecido pela empresa "COGNYTE BRASIL S.A.", seria capaz de identificar a Estação Rádio Base (ERB) indicando a localização de qualquer celular monitorado. Em virtude de representação anterior da Polícia Federal, no curso dessa mesma investigação, na Pet 11.840/DF foram deferidas quebras de sigilos, bem como decretadas as prisões de **RODRIGO COLLI** e **EDUARDO ARTHUR IZYCKI**, e na Pet 11.108/DF foi determinado o afastamento do sigilo de dados e de comunicações telemáticas de investigados relacionados aos fatos.

De acordo com a autoridade policial, a organização criminosa voltada a monitorar ilegalmente pessoas e autoridades públicas, invadindo aparelhos e computadores, além da infraestrutura de telefonia, possuiria diversos núcleos distintos dentro da organização, todos responsáveis pela execução das infrações penais, dentre eles:

1. NÚCLEO PF

1.1 NÚCLEO DA ALTA-GESTÃO

Forma de atuação: delegados federais que, ao tempo dos fatos investigados, estavam cedidos para ABIN exercendo funções de Direção e utilizaram o sistema FIRST MILE para monitoramento de alvos e autoridades públicas, bem como para serviço de contrainteligência e criação de relatórios apócrifos que seriam divulgados com o fim de criar narrativas falsas.

Integrantes: ALEXANDRE RAMAGEM (Deputado Federal, Delegado Federal e ex-Diretor-Geral da ABIN), CARLOS AFONSO GONÇALVES (Delegado Federal e Secretário de Planejamento e Gestão, foi ex-Diretor do Departamento de Inteligência Estratégica).

1.2. NÚCLEO SUBORDINADOS

Forma de atuação: policiais federais cedidos à ABIN que serviam de "staff" para a alta gestão, cumprindo as

determinações, monitorando alvos e produzindo relatórios.

Integrantes: MARCELO ARAUJO BORMEVET (servidor e Secretário de Planejamento e Gestão, trabalhava com credenciamento de segurança e pesquisa para nomeações.), FELIPE ARLOTTA FREITAS (policial federal, ocupou coordenação importante do Centro de Inteligência Nacional), CARLOS MAGNO DE DEUS RODRIGUES (policial federal e exerceu cargo de Coordenador-Geral de Credenciamento de Segurança e Análise de Integridade Corporativa), HENRIQUE CÉSAR PRADO ZORDAN (policial federal e ficou lotado no Gabinete do Diretor-Geral), ALEXANDRE RAMALHO (policial federal e ficou lotado no Gabinete do Diretor-Geral), LUIZ FELIPE BARROS FELIX (policial federal e ficou lotado no Gabinete do Diretor-Geral).

2. NÚCLEO-EVENTO PORTARIA 157

Forma de atuação: responsáveis pelas diligências que resultaram na tentativa de vinculação de parlamentares e Ministros do SUPREMO a organização criminosa.

Integrantes: OTTONEY BRAGA DOS SANTOS (usuário OTY), THIAGO GOMES QUINALIA (usuário TQU), RENATO PEREIRA DE ARAUJO (usuário EQ. 15, já foi alvo anteriormente), RODOLFO HENRIQUE DA SILVA DO NASCIMENTO (usuário EQ.11, já foi alvo anteriormente), RICARDO WRIGHT MINUSSI MACEDO (responsável pelo documento "Prévia Nini.docx").

3. NÚCLEO TRATAMENTO LOG

Forma de atuação: responsável pelo tratamento dos LOGS disponíveis desde do início da investigação.

Integrante: BRUNO DE AGUIAR FARIA.

Após o aprofundamento das investigações, a Polícia Federal relatou a participação efetiva de diversos policiais cedidos à ABIN, tendo destacado a atuação do "NÚCLEO PF":

157. A gestão da ABIN no período do Del. ALEXANDRE

RAMAGEM, portanto, foi a principal responsável pela utilização do sistema FIRST MILE e era integrada essencialmente pelos seguintes Policiais Federais cedidos à ABIN referidos na presente investigação:

(...)

158. Os policiais federais, ao tempo cedidos à ABIN, exerciam atividades, até o presente momento não conhecidas em sua plenitude, inclusive há Processo Administrativo Disciplina cujo objeto é justamente a apuração de quais seriam as atividades realizadas pelos policiais federais no período em que estiveram cedidos à ABIN.

(...)

162. Os eventos colacionados a seguir, portanto, trazem à luz as 'operações de inteligência' com o viés não republicano valendo-se, inclusive, da solução tecnológica FIRST MILE, bem como sedimenta a prática de ações realizadas sem lastro em 'Ordens de Busca' e/ou 'Planos Operacionais' instrumentos motivadores das ações realizadas na ABIN sujeitos à aprovação do Diretor Geral.

163. A sistemática para realização de Operações de Inteligência na ABIN foi esclarecida pelo então Diretor de Operações de Inteligência ALEXANDRE DO NASCIMENTO CANTALICE, no processo correicional preliminar do sistema FIRST MILE em 15/07/2022:

(...)

164. As declarações prestadas pelo então Diretor de Operações de Inteligência, por oportuno, se mostraram ideologicamente falsas conforme a progressão probatória conforme declarações dadas em momento posterior:

(...)

165. As operações irregulares, em verdade, sem a devida motivação expressa nos artefatos 'Ordem de Busca' e 'Planos Operacionais' eram substancialmente realizadas durante a gestão do Diretor Del. ALEXANDRE RAMAGEM. A informalidade era um meio de ação para não deixar rastros.

166. A instrumentalização da ABIN é verificável nas ações

realizadas com viés político alheio à função republicana da ABIN como se depreende da classe dos sujeitos monitorados pelo FIRST MILE, bem como nos eventos identificados até a presente quadra investigativa.

Ainda nesse contexto, a Polícia Federal esclareceu acerca da atuação do "NÚCLEO DA ALTA-GESTÃO" da ABIN, que detinha o poder de direcionamento das condutas dos demais, com pleno conhecimento do desvirtuamento do uso da ferramenta de inteligência *First Mile* e que teria tentado dar uma aparência de legalidade na sua utilização, bem como impedir a apuração correicional sobre condutas ilícitas:

123. A progressão probatória empregada na presente apuração, portanto, buscou trazer à lume os reais responsáveis pela empreitada delituosa em nítida atuação de organização criminosa responsável pela degradação da ABIN.

124. O alegado temor de exposição de dados sensíveis, em verdade, se mostrou, até a presente quadra investigativa, como subterfúgio para evitar a devida apuração dos fatos. A preocupação de "exposição de documentos" para segurança das operações de "inteligência", em verdade, é o temor da progressão das investigações com a exposição das verdadeiras ações praticadas na estrutura paralela, anteriormente, existente na ABIN. A gravidade ímpar dos fatos é incrementada com o possível conluio de parte dos investigados com a atual alta gestão da ABIN cujo resultado causou prejuízo para presente investigação, para os investigados e para própria instituição.

(...)

129. Noutro lado, os gestores PAULO MAGNO e PAULO MAURICIO tratam justamente da obtenção de Logs e da identificação dos nomes vinculados aos dispositivos móveis.

130. Os gestores tinham todo o domínio da aplicação e sabiam da existência de "alvos sensíveis" nos logs do sistema FIRST MILE reforçando a possibilidade de entrega dos Logs parciais:

(...)

131. O ex-Diretor de Operações de Inteligência – PAULO MAURICIO -, também, tinha a posse dos LOGS, mas nos termos declarados pelo gestor PAULO MAGNO teria se livrado antes de sair:

(...)

132. As reiteradas preocupações alardeadas sobre a guarda das informações, entretanto, são reflexos do temor da descoberta dos nomes pesquisados no sistema FIRST MILE. Tratado, nos termos declarados pelo sr. BRUNO FARIA, como: "vulnerabilidades".

(...)

133. As ações realizadas pela alta gestão atual, dessa forma, se mostram prejudiciais à presente investigação posto que transparecem aos investigados realidade distinta dos fatos gravosos colacionados ao longo da presente investigação técnica.

134. A revolta dos investigados com a progressão da investigação resultou nas seguintes ações com a atual Direção da ABIN: "construir uma estratégia em conjunto", o "acordo para cuidar da parte interna", bem como a "a DG conseguiu convencer o pessoal que há apoio lá de cima".

135. Neste sentido, reitere-se, por oportuno, as declarações encaminhadas pelo sr. AUGUSTO ao sr. PAULO MAURICIO: "a gente nossa que fez um monte de coisa errada" e "um esforço específico de conversar com o nosso ministro a respeito abrindo tudo o que aconteceu para ele tá". Estes elementos de prova colhidos podem traduzir o intento de embaraçar as investigações em curso, conduta de gravidade ímpar.

136. A postura dos investigados deve ser sopesada, entretanto, pela posição jurídica dos servidores, em grande parte, ingressos de 2019 que fizeram uso do sistema FIRST MILE durante a gestão do Delegado de Polícia Federal ALEXANDRE RAMAGEM e, durante a presente investigação, ainda continuam em relação de subordinação de Delegados Federais, inclusive, que ocuparam posições de alta relevância na gestão passada.

137. O principal responsável pelo uso do sistema sr. PAULO MAURICIO, por exemplo, exercia, ao tempo dos fatos, a ascendência funcional sobre os servidores investigados no exercício da Diretoria de Operações de Inteligência – DOINT – e, durante a investigação, foi alçado à cargo superior ocupando a 3ª posição da estrutura hierárquica na ABIN.

138. A liberdade plena dos investigados para o devido esclarecimentos dos fatos ainda não é circunstância certa posto que a Direção atual da ABIN realizou ações que interferiram no bom andamento da investigação sem, contudo, ter sido possível identificar o intento das ações.

139. As declarações do então Diretor da ABIN – ALESSANDRO MORETTI – em reunião com os investigados no sentido de dizer que a presente investigação, em curso sob a relatoria do Exmo. Ministro Relator, teria "fundo político e iria passar" não é postura esperada de Delegado de Polícia Federal que, até dezembro de 2022, ocupava a função de Diretor de Inteligência da Polícia Federal cuja essa unidade – Divisão de Operações de Inteligência - lhe era subordinada

(...)

140. As declarações, repita-se, foram dadas aos investigados em 28/03/2023 na presença dos então cidadãos, posto que não ocupavam formalmente função pública na ABIN, Del. LUIS FERNANDO CORREA e Oficial aposentado PAULO MAURICIO nomeados tão somente para o cargo de Diretor em 29/05/2023 e Secretário de Planejamento e Gestão da Agência Brasileira de Inteligência em 03/04/2023. Não se identificou, por oportuno, normativo que autorizasse cidadãos alheios aos quadros da ABIN – Agência Brasileira de Inteligência – receberem, dentre outras, informações sigilosas relacionadas as diligências em andamento.

141. Reitera-se, por oportuno, que em 28/03/2023, foi apresentada, nos termos declarados pelo sr. PAULO MAURICIO, a "estratégia" da Direção Geral para "tentar acalmar a turma".

142. A reverberação das declarações da Direção da ABIN,

portanto, possui o condão de influir na liberdade e na percepção da gravidade dos fatos pelos investigados ao afirmar a existência de "fundo político" aos investigados e, em plena cessão na colenda CCAI, declarar se tratar de "Politização e disputas mesquinhas de poder com a Inteligência de Estado" em demérito à presente investigação sob relatoria do Exmo. Ministro do E.STF e devidamente acompanhada pela ilustre Procuradoria-Geral da República.

143. As afirmações, ainda, são contraditórias aos pedidos encaminhados pelo então Diretor Geral ALESSANDRO MORETTI, reforçados pessoalmente no dia 29/03/2023 ao E. STF, ou seja, um dia após a reunião da apresentação da "estratégia" para "tentar acalmar a turma" em 28/03/2023, e encaminhados ao Exmo. Ministro Relator expressamente solicitando: i) a obtenção oficial dos dados cadastrais dos números monitorados que já lhe eram disponíveis; ii) a concentração da investigação no E.STF por meio da sindicância em andamento na ABIN.

144. Neste sentido, também, não se pode qualificar a solução tecnológica FIRST MILE, adquirida aproximadamente por R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) de reais, como mero "brinquedo de criança" ainda mais quando a ferramenta foi utilizada para monitorar sujeitos sem qualquer pertinência com as atribuições institucionais da ABIN.

145. A percepção equivocada da gravidade dos fatos foi devidamente impregnada pela Direção atual da ABIN nos investigados não alterou o cenário vivido pelos investigados ao tempo da gestão do Del. ALEXANDRE RAMAGEM em nítida relação de continuidade conforme se depreende da interlocução entre os investigados LUCIO e PAULO MAGNO:

(...)

146. A fase ostensiva, ainda, revelou outras possíveis "ferramentas" que demandam o devido aprofundamento como, por exemplo, o uso da ferramenta de intrusão COBALT STRIKE, bem como a utilização da aplicação LTESNIFFER. As buscas realizadas na sede da ABIN revelaram anotações

compatíveis com a ferramenta Cobalt Strike passível de ser utilizada como meio de intrusão em computadores:

(...)

152. A percepção desvirtuada da gravidade dos fatos investigados impregnadas aos servidores responsáveis pelas consultas é pode deveras prejudicial posto que os "crimes de escritório" apresentam a natureza transeunte, ou seja, não deixam vestígios.

153. As ações, portanto, prejudicaram demasiadamente o andamento do processo administrativo, bem como a presente investigação razão pela qual é imperiosa a necessidade de novas diligências para garantia do acervo probatório em especial relacionados aos investigados Policiais Federais que faziam parte da alta gestão da ABIN. O uso do sistema FIRST MILE se deu precipuamente sob a direção do Del. ALEXANDRE RAMAGEM, atualmente deputado federal membro da CCAI.

154. O poder coercitivo dos servidores RODRIGO COLLI e EDUARDO IZYCKI denota que a ciência das práticas ilícitas praticadas durante a gestão do Del. ALEXANDRE RAMAGEM. A demissão dos servidores no exato dia da deflagração da parte ostensiva se traduz em elemento de prova da materialidade do poder coativo, posto que não havia nenhum ato impeditivo para demissão dos servidores.

155. Os elementos de prova colhidos na 1ª (primeira) fase ostensiva preencheu lacuna investigativa corroborando a premissa da existência de ações ilícitas praticadas no âmbito da ABIN sob a Direção do Del. ALEXANDRE RAMAGEM, razão pela qual se faz necessária a devida progressão probatória em relação aos responsáveis de fato pelas ordens de uso do sistema FIRST MILE uma das ferramentas utilizadas na instrumentalização do órgão ápice do Sistema de Inteligência Estratégico Brasileiro.

Segundo a Polícia Federal, as apurações internas, realizadas por

intermédio da utilização da solução tecnológica na ABIN, teriam sido obstadas por interferência de **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES** (ex-Diretor-Geral da ABIN) e **CARLOS AFONSO GONÇALVES GOMES COELHO** (ex-Secretário de Planejamento e Gestão e ex-Diretor-Adjunto), a saber:

156. O uso do sistema FIRST MILE ocorreu precipuamente durante a gestão do DEL. **ALEXANDRE RAMAGEM** que ocupou o cargo de DIRETOR GERAL no período de 09/07/2019 até 30/07/2022. O uso da ferramenta FIRST MILE substanciado nos 60.734 (sessenta mil, setecentos e trinta e quatro) registros identificados na tabela "TARGET" abarca o período de 06/02/2019 até 27 /04/2021.

Além disso, as investigações até então realizadas apontaram para o fato de que a alta direção da ABIN, exercida por policiais federais cedidos ao órgão durante a gestão do então Diretor-Geral, **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES**, teria instrumentalizado a mais alta agência de inteligência brasileira para fins ilícitos de monitoramento de alvos de interesse político, bem como de autoridades públicas, sem a necessária autorização judicial. A esse respeito, a Polícia Federal destacou episódios que elucidariam a hipótese delitiva, dentre eles o de **PAULO MAGNO** (gestor do sistema *First Mile*), que teria sido flagrado pilotando um drone nas proximidades da residência do então Governador do Ceará, **CAMILO SANTANA**, comprovando a total ilicitude das condutas:

168. A ausência dos artefatos motivadores, nos termos anotados no arquivo "Defesa Prévia - PM.docx", resultou inclusive na solicitação de inclusão na condição de investigados no Processo Administrativo Disciplinar dos altos gestores da ABIN: Del. **CARLOS AFONSO** e Dei. **ALEXANDRE RAMAGEM** e Ofc. **FRANK MARCIO** justamente em razão da falta dos artefatos motivadores da ação de inteligência posto que a ação de monitorar o então Governador do Ceará **CAMILO SANTANA** com drones que, não seria uma operação

de inteligência dada a ausência dos artefatos, mas uma "simples ação de inteligência de acompanhamento".

De acordo com a Polícia Federal, as supostas "ações de inteligência" foram realizadas sob a gestão e responsabilidade de **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES**, conforme se depreende da interlocução entre **PAULO MAURÍCIO** e **PAULO MAGNO** tratando do ataque às urnas eletrônicas, elemento essencial da atuação das já conhecidas "milícias digitais", investigadas em outro procedimento nesta CORTE:

174. A utilização da estrutura estatal para atacar o E. TSE com construção de narrativas que, em regra, como se verá adiante são substanciadas em documentos apócrifos estabelece o modus operandi da Organização Criminosa.

(...)

175. As ações realizadas em detrimento do sistema eleitoral eram feitas com viés totalmente politizado conforme se depreende das declarações:

(...)

176. O evento relacionado aos ataques às urnas, portanto, reforça a realização de ações de inteligência sem os artefatos motivadores, bem como acentuado viés político em desatenção aos fins institucionais da ABIN.

Outro episódio destacado pela autoridade policial foi o caso em que os policiais federais destacados, sob a direção de **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES**, utilizaram-se das ferramentas e serviços da ABIN para serviços e contrainteligência ilícitos e para interferir em diversas investigações da Polícia Federal, como por exemplo, para tentar fazer prova a favor de **RENAN BOLSONARO**, filho do então Presidente da República, **JAIR MESSIAS BOLSONARO**:

177. No ano de 2021, foi instaurado pela Polícia Federal inquérito Policial Federal para apurar suposto tráfico de influência perpetrado pelo sr. **RENAN BOLSONARO**. Entre as

circunstâncias, havia a premissa do recebimento pelo investigado de veículo elétrico para beneficiar empresários do ramo de exploração minerária.

(...)

180. A diligência se deu como o objetivo de produzir provas da posse de determinado veículo por parte de um dos principais investigados - sócio de Renan Bolsonaro. O policial federal foi flagrado filmando o investigado, ao ponto deste registrar ocorrência policial por ameaça. A coordenadora-geral do Gabinete ao tempo dos fatos esclareceu o evento, bem como as relações de subordinação dos policiais federais, ao tempo, cedidos à ABIN. Destaca-se que, em que pese lotado no Gabinete, LUIS FELIPE BARROS FELIX passava a maior parte do tempo no DOINT:

(...)

183. As ações de "inteligência" realizadas não deviam deixar rastros razão pela qual a então alta gestão decidiu que não haveria difusão do relatório, ao tempo diligência solicitada pelo GSI/PLANALTO diretamente para Direção Geral da ABIN. Noutros termos, o presente evento corrobora a instrumentalização da ABIN para proveito pessoal. Neste caso o intento era fazer prova em benefício ao investigado RENAN BOLSONARO.

(...)

193. O evento em comento corrobora a premissa da plena ciência dos membros da alta gestão da ABIN - Del. ALEXANDRE RAMAGEM e Del. CARLOS AFONSO - das "operações de inteligência" realizadas com viés instrumental da ABIN.

Ainda sobre os núcleos atuantes na ABIN, a Polícia Federal trouxe informações sobre o "NÚCLEO SUBORDINADOS", a saber:

159. Os referidos policiais estavam subordinados ao então Diretor ALEXANDRE RAMAGEM e constituíam o núcleo da alta gestão da ABIN formada precipuamente por policiais

federais.

160. As unidades cuja lotação dos policiais federais exerciam suas atividades DOINT – Departamento de Operações de Inteligência – e CIN – Centro de Inteligência Nacional são unidades situadas no cerne das ações investigadas. O CIN, também, era a lotação dos servidores EDUARDO IZYCKI e RODRIGO COLLI que se valeram do conhecimento das práticas irregulares para evitar as respectivas demissões no PAD nº 03/2019.

161. Os elementos de prova colhidos na fase ostensiva revelaram eventos correlatos que sedimentam o modus operandi e a instrumentalização da ABIN sob a gestão do Del. ALEXANDRE RAMAGEM.

Destacou, ainda, a atuação do "NÚCLEO-EVENTO PORTARIA 157", ao identificar anotações cujo conteúdo remete à tentativa de associação de Deputados Federais, bem como Ministros do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, à organização criminosa conhecida como PCC (*Primeiro Comando da Capital*):

202. As diligências ostensivas de Busca e Apreensão resultaram na identificação do contexto das operações de inteligência para além dos declarados nos instrumentos justificadores: "Ordem de Busca" e/ou "Planos Operacionais". Os referidos artefatos nos termos declarados pelo investigado eram confeccionados no Word e ficavam armazenados na própria pasta da coordenação.

203. Nesta trilha, identificou-se a OPERAÇÃO "PORTARIA 157" cujo objeto, em suma, seria a obtenção de informações sobre a atuação de ONG, conforme entendimento da ABIN, eventualmente vinculada ao PCC. Não se adentrando ao mérito da questionável legitimidade da referida operação de inteligência.

204. A questionável motivação inicial estampada nos instrumentos preliminares não é convergente com o real intento das diligências realizadas na Operação "PORTARIA 157". Ao

contrário, as ações apresentaram viés político de grave ordem representando mais um evento de instrumentalização da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

205. Nesta trilha, a análise preliminar do material apreendido revela gravidade ímpar nesta "operação de inteligência" posto que foram realizadas diligências valorando como "risco" julgamento do E. STF na ADPF 579, inclusive realizando ações no próprio Congresso Nacional como forma de criar fato desapegado da realidade com a tentativa de associar parlamentares federais e Ministro do E. STF à organização criminosa.

(...)

208. As diligências indicadas seriam realizadas motivadas no "risco" relacionado ao fato da ONG Anjos da Liberdade ter petitionado medida cautelar na CIDH (Corte Interamericana de Direitos Humanos) em razão das violações de Direitos Humanos no Sistema Penitenciário Federal (SPF). O "risco" avaliado seria a possibilidade da decisão da E. CIDH influenciar decisão do Superior Tribunal Federal (STF).

209. A operação de inteligência, portanto, identificou a presença da presidente da ONG em agenda com o Exmo. Ministro Relator Edson Fachin no dia 19/05/2019, bem como a futura visita ao Senado Federal no dia 21/08/2019 para promover algumas teses jurídicas.

(...)

212. Os arquivos relacionados à pasta do investigado apreendida durante o cumprimento da busca e apreensão na ABIN ainda revelou arquivo com intento alheio ao descrito na Ordem de Busca.

213. O arquivo "Prévia Nini.docx", por seu turno, retrata ação deliberada de desvirtuamento institucional da operação de inteligência em comento. Neste documento, identificou-se anotações cujo conteúdo remete à tentativa de associar Deputados Federais, bem como Exmo. Ministro Relator Alexandre de Moraes e outros parlamentares à organização criminosa PCC.

(...)

214. Não somente o ministro relator, mas também com o Exmo. Ministro Gilmar Mendes houve a tentativa de vinculação com organização criminosa.

(...)

219. O desvirtuamento da diligência no sentido de tentar vincular a imagem do Exmo. Ministro Relator e demais deputados pode ter sido reação em razão das ações realizadas no cumprimento de seu mister constitucional.

220. A construção do documento de "inteligência", ainda, se mostra desvirtuado em relação as próprias informações disponíveis sobre os fatos sedimentando o uso instrumental da ABIN.

221. O documento "RDI NINI ORIGINAL.docs", em 22/10/2019, nesta trilha, apresenta em seu conteúdo a vinculação com outra com outra Pessoa Politicamente Exposta, mas de posição política oposta aos referidos acima.

222. A ação transparece, dessa forma, o desvio da finalidade das operações de inteligência do campo técnico para o campo político servindo para interesse não republicano, diverso da produção de inteligência de Estado.

Além disso, a autoridade policial indicou que os até então investigados, sob as ordens de **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES**, utilizaram a ferramenta *First Mile* para monitoramento do então Presidente da Câmara dos Deputados, **RODRIGO MAIA**, da então Deputada Federal **JOICE HASSELMAN** e de **ROBERTO BERTHOLDO**, à época tidos como adversários políticos do governo. Esse monitoramento teria sido feito por intermédio de **FELIPE ARLOTTA**, a pedido de **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES**, para posterior divulgação apócrifa, conforme constatado pela Polícia Federal:

[...] foi possível observar que a estrutura paralela instalada na ABIN monitorou o "proprietário" da Pajero Full PAS 5756 tão-somente em razão de determinado encontro (jantar) em que

estavam presentes o Presidente da Câmara dos Deputados - Deputado Federal RODRIGO MAIA, Deputada Federal JOICE HASSELMANN e advogado ANTÔNIO RUEDA" (f. 211), tendo comparecido ao evento o Del. ANDERSON TORRES, mas tendo sido propositalmente omitida a sua presença.

Em outra oportunidade, novamente, ficou patente a instrumentalização da ABIN, para monitoramento da Promotora de Justiça do Rio de Janeiro e coordenadora da força-tarefa sobre os homicídios qualificados perpetrados em desfavor da Vereadora **MARIELLE FRANCO** e do motorista que lhe acompanhava, **ANDERSON GOMES**. Os documentos elaborados sobre a autoridade pública teriam a mesma identidade visual dos apócrifos elaborados pela estrutura paralela da ABIN, conforme destacado pela Polícia Federal:

339. A estrutura paralela infiltrada na ABIN sob a gestão do Del ALEXANDRE RAMAGEM estava a serviço, em verdade, do extrato político nacional.

340. Os serviços realizados ainda não identificados em sua totalidade corroboram as premissas investigativas estabelecidas no presente Inquérito Policial Federal.

341. A CGU identificou no servidor de impressão resumo do currículo da Promotora de Justiça do Rio de Janeiro coordenadora da força-tarefa sobre os homicídios qualificados perpetrados em desfavor da vereadora MARIELLE FRANCO e o motorista que lhe acompanhava ANDERSON GOMES. O documento tem a mesma ausência de identidade visual nos moldes dos Relatórios apócrifos da estrutura paralela.

II) DA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES E DO SURGIMENTO DE NOVAS PROVAS INDICIÁRIAS A RESPEITO DA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA RESPONSÁVEL POR SE UTILIZAR DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA *FIRST MILE* PELA ABIN PARA MONITORAR DISPOSITIVOS MÓVEIS.

PET 12732 / DF

Nos autos desta Pet 12.732/DF, distribuída por prevenção à Pet 11.108/DF, a autoridade policial, após aprofundamento das investigações, identificou novos agentes que integrariam uma organização criminosa, nos moldes do art. 2º, da Lei n. 12.850/13, com intuito de monitorar ilegalmente pessoas e autoridades públicas, em violação ao art. 10, da Lei n. 9.296/96 (com a redação dada pela Lei n. 13.869/19), invadindo aparelhos e computadores, além da infraestrutura de telefonia, incidindo no art. 154-A, do Código Penal (com redação dada pela Lei n. 12.737/12).

A Polícia Federal afirmou que a estrutura paralela identificada, até a presente quadra investigativa, seria integrada por parte dos Policiais Federais à época cedidos à ABIN, bem como parte dos Oficiais de Inteligência que aderiram às condutas delituosas perpetradas pela organização criminosa, que possuía, em sua matriz, diversos núcleos. Um dos núcleos, o da "ESTRUTURA-PARALELA", era integrado por policiais federais cedidos à ABIN e oficiais da ABIN que atuavam sob o comando de **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES**, então Diretor-Geral.

As investigações evidenciaram a ocorrência de inúmeras ações clandestinas no período compreendido entre 2019 até 2022 e indicaram que os recursos humanos e técnicos empregados pela estrutura paralela valiam-se de sistemas oficiais e clandestinos para obtenção dos dados necessários para os seus interesses. Dentro desse contexto, o sistema *First Mile* foi apenas uma das ferramentas utilizadas nas ações clandestinas, sendo, em regra, utilizado para obter a localização de determinados alvos com o objetivo de realizar ações de campo ou para tentar vincular opositores a determinadas pessoas, instituições e/ou outras circunstâncias que pudessem contribuir para a construção de notícias fraudulentas daqueles que contrariassem os interesses do NÚCLEO-POLÍTICO:

10. O sistema *FIRST MILE* nesta trilha foi tão-somente um dos sistemas empregados nas ações clandestinas que, por seu inegável caráter intrusivo, restou por expor a existência da estrutura paralela a partir de seu uso desvirtuado.

11. As ações clandestinas realizadas por meio do aparato estatal materializaram o intento deliberado para: a) atacar

instituições (STF, Congresso Nacional, TSE e outras); b) ataques por meio de difusão de notícias falsas contra opositores; c) ataques contra o sistema eletrônico de votação e outros. As ações clandestinas potencialmente se situam, portanto, na linha de desdobramento natural dos eventos que deram causa a Tentativa de Abolição do Estado Democrático de Direito.

12. A estrutura espúria infiltrada na ABIN, portanto, é célula de ORCRIM de maior amplitude que instalou central de contrainteligência de governo utilizada para obter vantagens de toda ordem para o NÚCLEO-POLÍTICO.

13. A tarefa da célula de contrainteligência era produzir desinformação para atacar adversários e instituições que por sua vez era difundida por meio de vetores de propagação materializados em perfis e grupos controlados por servidores em exercício na ABIN.

14. O esquema nos moldes realizado permitia aos beneficiários do produto ilícito da desinformação manter o distanciamento de sua produção e difusão.

Dentro do "NÚCLEO ESTRUTURA-PARALELA" foi possível identificar que o policial federal **MARCELO ARAUJO BORMEVET**, ora investigado, reportava-se diretamente ao Diretor-Geral **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES** e que **FELIPE ARLOTTA FREITAS** era assessor direto do Diretor-Geral. Tais circunstâncias foram esclarecidas por **CARLOS AFONSO GONÇALVES** (Delegado Federal e Secretário de Planejamento e Gestão, foi ex-Diretor do Departamento de Inteligência Estratégica) e pelo Oficial **PAULO PINHO**:

21. O Del. **CARLOS AFONSO** esclareceu a posição do policial federal **BORMEVET** que se reportava diretamente ao então direto Del. **ALEXANDRE RAMAGEM** ao ponto de incomodar outros integrantes da alta gestão da ABIN ao tempo dos fatos. O policial federal **APF ARLOTTA**, por sua vez, era assessor direto do Del. **ALEXANDRE RAMAGEM**.

(...)

22. Os policiais federais **BORMEVET e ARLOTA** eram, portanto, subordinados de fato ao então Diretor **ALEXANDRE RAMAGEM**.

(...)

28. O Oficial PAULO PINHO, chefe de gabinete do então Diretor ALEXANDRE RAMAGEM no período de 29/04/2021 até 24/11/2021, neste sentido, esclareceu as funções de fato realizadas pelos policiais federais, desde "cuidar das redes sociais e da imagem pública" do então Diretor da ABIN, bem como a utilização do sistema FIRST MILE pelo policial federal MARCELO BORMEVET por intermédio do militar, ao tempo cedido à ABIN, GIANCARLO:

(...)

29. Neste ponto merece destaque: as reuniões em "porta fechadas" com o núcleo formado pelos agentes de polícia federal MARCELO BORMEVET e ARLOTA, bem como a disponibilidade do agente de polícia federal ZORDAN responsável por cuidar das redes sociais.

O policial federal **MARCELO ARAUJO BORMEVET**, segundo informado pela Polícia Federal, ao tempo cedido à ABIN (até 20/09/2022), exercia função oficial de "Coordenador Geral da Área de Pesquisa para Credenciamento e Integridade Corporativa", certo que, posteriormente, exerceu função na Presidência da República de 21/09/2022 até 25/12/2022.

O conhecimento do investigado **MARCELO ARAUJO BORMEVET** sobre o sistema *First Mile* foi amplamente reconhecido ao longo das investigações, tal como destacado pela Polícia Federal:

31. A plena ciência e domínio do uso do sistema FIRST MILE também restou consignada por servidora da ABIN que consignou pedido de anonimização de seu depoimento:

(...)

32. A estrutura paralela executava ações clandestinas que garantiam vantagens seja de ordem política, ao ponto de atribuir à polícia federal cedido a "ação de inteligência" de

"cuidar de rede social" seja de ordem econômica em razão dos indícios veementes de atos de corrupção passiva identificados.

33. A estrutura paralela valia-se, portanto, de diversos sistemas para a realização das ações clandestinas. Entre os sistemas oficiais, o uso do sistema *FIRST MILE* se dava a partir dos acessos do militar cedido à ABIN GIANCARLO subordinado direto do policial federal BORMEVET. Em relação aos sistemas clandestinos, não foi possível até a presente data identificar sua integralidade.

34. A utilização do sistema *FIRST MILE* realizada pelo policial federal MARCELO BORMEVET ocorria por intermédio do militar GIANCARLO. A circunstância era de conhecimento de parte dos investigados da ABIN.

35. O Oficial BRUNO MARQUES em interlocução com o oficial ERITON LINCOLN, subordinado direto do oficial PAULO MAURICIO, Diretor de Operações de Inteligência ao tempo dos fatos e, até a deflagração da primeira fase ostensiva, Secretário de Planejamento e Gestão afirmou:

36. BRUNO MARQUES: "Daqui a pouco eles descobrem que o BOURMEVET é que fazia as pesquisas pro dono. Aí a ABIN se livra".

Além disso, o envolvimento direto entre os investigados GIANCARLO GOMES RODRIGUES e MARCELO ARAÚJO BORMEVET também ficou evidenciado pelas conversas descobertas ao longo das investigações, as quais indicaram, inclusive, que o sistema *First Mile* poderia estar sendo utilizado para monitorar pessoas. Em um desses diálogos, os investigados afirmam que o sistema estaria "fazendo falta" para poder monitorar ALLAN LUCENA, ex-sócio de RENAN BOLSONARO, um dos investigados no IPL n. 2054984/2024:

58. O gestor do sistema *FIRST MILE* oficial LUIZ GUSTAVO ("LG") responsável por várias pesquisas do sistema *FIRST MILE* com viés desvirtuado tratou com GIANCARLO sobre a utilização do sistema *FIRST MILE* com a indicação expressa de conhecimento do policial federal BORMEVET.

59. Na interlocução a seguir, o gestor do LUIZ GUSTAVO declarou ao militar GIANCARLO que iria tratar dos acessos ao sistema *FIRST MILE* com BORMEVET em 20/06/2020.

60. LUIZ GUSTAVO: "então eu vou pedir só pro quinalia e aminadab devolver. Vou tb tentar falar com o Bormevet (futuro chefe) sobre os nossos acessos e falo no first mile e peço para ficar com o seu computador."

61. O policial federal **BORMEVET**, conforme declarado pelo Assessor de Gabinete do então Diretor ALEXANDRE RAMAGEM, portanto, não só tinha a plena ciência da existência de seu uso, como seus subordinados possuíam credenciais de acesso ao sistema.

(...)

63. O uso do sistema *FIRST MILE* por parte dos principais responsáveis pelas ações clandestinas realizadas pela estrutura paralela infiltrada na ABIN é registrado, ainda, na lamúria dos interlocutores BORMEVET e GIANCARLO em ação clandestina que culminou na interferência da investigação cujo principal investigado era o filho do então Presidente da República RENAN BOLSONARO.

64. A interlocução do militar GIANCARLO com o seu chefe policial federal BORMEVET revela o pesar pela falta do sistema *FIRST MILE*, **bem como a forma que o sistema *FIRST MILE* era utilizado para monitorar alvos da ORCRIM.**

65. A ação clandestina, neste sentido, realizada para monitorar o sr. **ALLAN LUCENA** ex-sócio do sr. **RENAN BOLSONARO** um dos principais investigados no **IPL 2054984/2024**.

66. GIANCARLO: "Agora faz falta o First Mile"; BORMEVET: "Exatamente"; GIANCARLO: "Colocava para monitorar o dia inteiro e preferencialmente a noite e aí saberíamos os passos dele".

As investigações demonstraram que o militar **GIANCARLO GOMES RODRIGUES** era um dos responsáveis pela execução das ações clandestinas e que, dentre outras ferramentas, utilizou o sistema *First*

Mile:

O usuário GCL relacionado no (RAMA nº 159197/2024) utilizado pelo militar GIANCARLO foi diretamente responsável por **887 (oitocentos e oitenta e sete)** pesquisas no sistema *FIRST MILE* sem prejuízo da utilização da senha compartilhada do sr. **LUIZ GUSTAVO DA SILVA MOTA (LGM)** conforme se depreende do **RAMA Nº 2054984/2024** (PG. 39).

Na sua representação, a Polícia Federal indicou que as ações clandestinas de monitoramento eram, via de regra, direcionadas contra opositores do "NÚCLEO POLÍTICO", haja vista que tal núcleo seria o destinatário e o beneficiário do produto ilícito materializado na desinformação produzida pelo "NÚCLEO ESTRUTURA PARALELA". A título de exemplo, destacou que os investigados **LUIZ GUSTAVO** e **GIANCARLO GOMES RODRIGUES** utilizaram o sistema *First Mile* para monitorar **JEAN WILLYS** e os seus familiares:

86. Os investigados **LUIZ GUSTAVO** e GIANCARLO utilizaram o sistema *FIRST MILE* para monitorar o sr. JEAN WILLYS conforme já destacado no RAMA Nº 2054984/2024. Os investigados empregaram todos os esforços inclusive com a realização de ações clandestinas em relação aos parentes do monitorado.

87. O interlocutor oficial LUIZ GUSTAVO destaca ao sr. GIANCARLO que dados dos parentes do sr. **JEAN WILLYS** foram repassados por "PAULO" possivelmente PAULO MAURICIO ao tempo chefe do DOINT.

(...)

88. A ação clandestina valendo-se do sistema *FIRST MILE* não se resumiu ao monitoramento do sr. JEAN WILLYS, mas também de seus familiares.

(...)

91. A ação clandestina valendo-se do sistema *FIRST MILE*

se deu no período em que o sr. JEAN WILLYS, segundo fontes abertas, teria renunciado ao mandato do deputado federal para ministrar aulas sobre "*Fake News*".

Inclusive, nos *prints* de conversa disponibilizados pela autoridade policial, há uma mensagem dizendo:

"Fala, amigão. Eles são muito ariscos. Trocam o chip a todo instante. Mas consegui um número que o Jean usou para baixar o Telegram."

Em outro episódio de monitoração clandestina, a Polícia Federal destacou que houve monitoração do então Presidente da Câmara dos Deputados **RODRIGO MAIA**, da então Deputada Federal **JOICE HASSELMANN** e do advogado **ROBERTO BERTHOLDO**, tudo a pedido do Diretor-Geral **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES** e contando com a participação direta dos investigados **GIANCARLO GOMES RODRIGUES** e **MARCELO ARAÚJO BORMEVET**, segundo as investigações:

93. O então diretor da ABIN, Del. ALEXANDRE RAMAGEM, determinou a ação clandestina para, em suma, tentar vincular o então presidente da Câmara dos Deputados Deputado **RODRIGO MAIA** e a Deputada **JOICE HASSELMANN** ao advogado **ROBERTO BERTHOLDO** conforme se depreende do RAMA 4531405/2023.

94. A ordem da ação clandestina direcionada contra deputados federais foi dada pelo então Diretor da ABIN Del. ALEXANDRE RAMAGEM conforme documento impresso pelo policial federal ARLOTA:

(...)

96. O uso do sistema *FIRST MILE* a partir dos usuários vinculados ao sr. **GIANCARLO GOMES RODRIGUES** e **LUIZ GUSTAVO DA SILVA MOTA** indicam a plena ciência dos investigados da natureza da ação clandestina inclusive da

condição de advogado posto que nas interlocuções dos investigados é nítido o intento de monitorar o causídico em seu escritório.

97. A primeira ação clandestina realizada no dia **11/10/2019** se deu com a intenção de relacionar o sr. GIACOMO ROMEIS HENSEL TRENTO e com ROBERTO BERTHOLDO.

98. As ações clandestinas, por oportuno, eram direcionadas contra eventuais opositores visando criar desinformação que atacasse a honra objetiva de determinada pessoa alvo da ORCRIM.

99. O advogado ROBERTO BERTHOLDO foi preso em **28/08/2020** no âmbito da ação penal que investiga irregularidades na área de saúde do Rio de Janeiro.

100. O sr. GIACOMO ROMEIS HENSEL TRENTO foi nomeado em **24/08/2020** para exercer o cargo em comissão DAS 5 no Gabinete do Ministro da Cidadania e segundo BORMEVET a ação clandestina realizada em 18/09/2020 sob a seguinte motivação:

101. BORMEVET: "Excelente isto, Meu Amigo. Vamos ver se conseguimos explodir esse vagabundo que está num DAS-5".

E continua a Polícia Federal:

102. A interlocução entre GIANCARLO e BORMEVET corrobora o propósito da realização de inúmeras ações clandestinas para tentar vincular opositores e desafetos do NÚCLEO-POLÍTICO.

103. Os investigados **BORMEVET** e **GIANCARLO**, portanto, tinham a plena ciência do caráter ilícito das ações que lhe eram demandas, bem como que se tratava de ação destinada a atacar opositores políticos e instituições que fossem contrárias aos intentos do **NÚCLEO-POLÍTICO** destinatário final e principal beneficiário dos produtos ilícitos da estrutura-paralela infiltrada na ABIN.

(...)

104. O policial federal BORMEVET, portanto, tinha plena

ciência das ações clandestinas, bem como do uso do sistema FIRST MILE para o monitoramento ilegal:

105. GIANCARLO: "Vou verificar aqui, mas acho que foi no final do ano passado. Eu estava monitorando e o tel. dele dava várias vezes na área do Bertholdo".

106. GIANCARLO: "Inclusive tem um áudio em que até a Joice foi citada como participante de uma reunião na casa do Bertholdo".

Ainda sobre as ações clandestinas realizadas pela estrutura paralela infiltrada na ABIN, a Polícia Federal mencionou o monitoramento de inúmeros servidores públicos do IBAMA (aqui, houve o monitoramento de **HUGO FERREIRA NETTO LOSS** e de **ROBERTO CABRAL BORGES**, em razão de sua atuação funcional) e de jornalistas (aqui, houve o monitoramento de **LUIZA ALVES BANDEIRA**, do *Digital Forensic Research Lab (DFRLab)*, ligado ao *Atlantic Council*, responsável por identificar uma rede de desinformação formada por 88 páginas do *Facebook* utilizada pelo "NÚCLEO-POLÍTICO" como vetor de propagação de desinformação, e de **PEDRO CESAR BATISTA**, em razão de organizar um ato denominado "Fora Bolsonaro").

A autoridade policial também observou que houve a instrumentalização da ABIN, com nítido desvio institucional das ações clandestinas, para monitorar pessoas relacionadas às investigações envolvendo familiares do então Presidente da República **JAIR MESSIAS BOLSONARO**.

Sobre as investigações relacionadas a **RENAN BOLSONARO** (objeto do IPL n. 2021.0017297), filho do então Presidente da República, a Polícia Federal tomou conhecimento acerca do monitoramento de **ALLAN LUCENA** e de **LUÍS FELIPE BELMONTE**, a saber:

134. O desvio instrumental das ações clandestinas realizadas pela estrutura paralela é sedimentado nas diligências realizadas envolvendo os principais investigados do **IPL nº 2021.0017297 - SIP/SR/PF/DF** cujo objeto apurava eventuais

condutas delituosas supostamente praticadas pelo sr. RENAN BOLSONARO.

135. As diligências realizadas resultaram na ação do policial federal LUIZ FELIPE contra o então investigado ALLAN LUCENA, ao tempo, sócio do sr. RENAN BOLSONARO.

136. As ações clandestinas realizadas pelos srs. BORMEVET e GIANCARLO abarcaram os principais investigados do IPL nº 2021.0017297 - SIP/SR/PF/DF e teriam sido determinadas pelo "01" conforme interlocução dos investigados:

(...)

137. Neste ponto, mister reiterar a falseada versão dos investigados em especial do NÚCLEO PF sobre o desconhecimento do uso do sistema *FIRST MILE* em especial pelo NÚCLEO PF.

138. A interlocução do militar GIANCARLO com policial federal BORMEVET destaca a "funcionalidade" do sistema *FIRST MILE* em ações clandestinas:

139. GIANCARLO: "Agora faz falta o First Mile".

140. BORMEVET: "**Exatamente**".

141. GIANCARLO: "Colocava pra monitorar o dia inteiro e preferencialmente a noite aí saberíamos os passos dele".

142. O policial federal **BORMEVET**, portanto, tinha a plena ciência do uso do sistema *FIRST MILE* em especial sua funcionalidade em ações clandestinas.

(...)

146. As ações clandestinas foram direcionadas para **todos** os principais investigados no inquérito policial federal.

147. O sr. LUÍS FELIPE BELMONTE foi, também, objeto das ações clandestinas realizadas pela estrutura paralela.

148. Os investigados repetiram o "*Modus Operandi*", nos termos declarados pelos interlocutores.

149. BORMEVET: "Precisamos achar podres";

150. BORMEVET: "Matérias normais eu já tenho";

151. GIANCARLO: "Vamos sequestrar isso sim. Ou

achando podres vamos

extorquir".

(...)

152. A declaração do policial federal BORMEVET afirmando se tratar de sujeito relacionado a **GARIMPO em RONDÔNIA** indica que os servidores há época cedidos à ABIN sabiam do relacionamento do então investigado com LUIZ FELIPE BELMONTE.

153. O então investigado LUIZ FELIPE BELMONTE, ao tempo da investigação, teria sido alvo de busca e apreensão no âmbito do **INQ 4.874** de relatoria do Exmo. Ministro Alexandre de Moraes razão pela qual foi deferido à época o compartilhamento dos fatos.

154. As diligências de análise estabelecidas no **RAMA N° 01/2022** produzido no **IPL N° 2021.001797/SIP/SIP/PF/DF** revelam que realmente o sr. **LUIZ FELIPE BELMONTE** tem vínculo com atividade garimpeira especialmente em **terras indígenas**.

155. A atividade de inteligência, quando realizada republicamente, serve para municiar o gestor de informações e dados para a melhor tomada de decisão possível.

156. Nesta trilha, apesar dos servidores vinculados diretamente ao Diretor da ABIN Del. **ALEXANDRE RAMAGEM** terem identificado prontamente o relacionamento do investigado **LUIZ FELIPE BELMONTE** com atividade garimpeira em região sabidamente envolta em delitos desta ordem, não houve atuação da inteligência do Estado para amparar a decisão estratégica do gestor no caso o então Presidente da República.

157. A premissa da omissão da ação de inteligência legítima se dá em razão dos elementos de prova colacionados no **RAMA N° 01/2022** em evento relacionado em período próximo as tratativas do policial federal **BORMEVET** e **GIANCARLO** em que consta que o sr. **LUIZ FELIPE BELMONTE** teria atuado junto ao "**Palácio do Planalto**" para obtenção do "**decreto para regulamentar à cata, faiscação e**

garimpagem em terras indígenas".

158. Na referida informação consta elemento de prova que indica que o investigado foi supostamente o responsável de fato pela preparação do decreto de garimpo em terras indígenas. Além disso, há referências expressas de tratativas com então Presidente da República para tratar do tema: "(...) **quanto aos indígenas, levei a proposta ao presidente. Foi pedido que eu prepare o decreto. Provavelmente ainda este ano começaremos a extração (..)**".

159. As ações clandestinas, portanto, relacionadas aos investigados no **IPL nº 2021.001797- SIP/SR/PF/DF** obtiveram informações sobre os investigados que ao tempo da própria investigação não estavam disponíveis, bem como se omitiram em relação ao risco para ações estratégicas do então gestor reforçando assim o desvio institucional da ABIN posto que além de atos praticados com desvio republicano, a estrutura paralela se omitia de cumprir seu mister institucional.

Igualmente, em relação às investigações relacionadas ao Senador **FLÁVIO BOLSONARO**, a autoridade policial trouxe informações a respeito do uso da estrutura da ABIN para monitoramento dos auditores da Receita Federal do Brasil, responsáveis pelo RIF – relatório de inteligência fiscal – que deu origem à investigação que apurava o desvio de parte dos salários dos funcionários da ALERJ (“caso da rachadinha”), com o objetivo, inclusive, de “encontrar podres” sobre os mencionados auditores:

160. O uso da estrutura estatal para fins pessoais, também, é revelado nas ações clandestinas realizadas contra auditores da Receita Federal do Brasil – RFB - (CHRISTIANO JOSE PAES LEME BOTELHO; CLEBER HOMEM DA SILVA; JOSE PEREIRA DE BARROS NETO) responsáveis pelo relatório de inteligência fiscal que deu origem à investigação que apurava o desvio de parte dos salários dos funcionários da ALERJ (“rachadinha”) (RAMA 2054984/2024).

161. A ação clandestina urgente (“**uuuuu**”) realizada em

20/11/2020 foi determinada seguindo o *modus operandi* da ORCRIM para descobrir "**podres e relações políticas**" dos auditores da receita federal.

162. O produto ilícito da ação clandestina deveria ser "**jogado num Word somente**" revelando assim o caráter de extra-oficialidade.

(...)

164. As diligências realizadas pelo policial federal **BORMEVET** e **GIANCARLO** em 20/11/2020 para achar nos termos exatos: "**podres e relações políticas**" geraram pesquisas em sistemas. A circunstância foi informada ao Gabinete do então Diretor **ALEXANDRE RAMAGEM** em 21/12/2021 e segundo **GIANCARLO** as "**coisas já estavam sendo providenciadas**".

(...)

165. A diligência sobre os auditores responsáveis pela confecção do Relatório de Inteligência Fiscal que substanciou investigação criminal envolvendo o Senador **FLÁVIO BOLSONARO** ao que indicam os vestígios encontrados foi determinada, pelo Del. **ALEXANDRE RAMAGEM**.

166. Os fatos envolvendo diligências realizadas para supostamente beneficiarem o Senador **FLAVIO BOLSONARO** resultaram na SINDICÂNCIA N° 10/2020.

167. O Diretor da ABIN **ALEXANDRE RAMAGEM** parece ter faltado com a verdade em seu depoimento na condição de **TESTEMUNHA**, pois não considerou a diligência de "achar podres e relações políticas" com a confecção de dossiês dos servidores da Receita Federal.

(...)

168. O policial federal **BORMEVET** em depoimento na SINDICÂNCIA n° 10/2020, também, não considerou a diligência, de "achar podres e relações políticas" com a confecção de dossiês dos servidores da Receita Federal.

(...)

169. Os elementos de prova, portanto, destacam a atuação do policial federal **BORMEVET** e do militar **GIANCARLO** em

exercício na ABIN em ações clandestinas ("achar podres e relações políticas") direcionadas contra os auditores da receita responsáveis para confecção do relatório de inteligência utilizado em investigação envolvendo o Senador FLAVIO BOLSONARO.

170. A premissa investigativa ainda é corroborada pelo áudio de **01:08 (uma hora e oito minutos)** possivelmente gravado pelo Del. ALEXANDRE RAMAGEM no qual o então PRESIDENTE DA REPÚBLICA JAIR BOLSONARO, GSI GENERAL HELENO e possivelmente advogada do Senador FLAVIO BOLSONARO tratam sobre as supostas irregularidades cometidas pelos auditores da receita federal na confecção do Relatório de Inteligência Fiscal que deu causa à investigação.

171. O áudio transcrito na **IPJ N° 2404151/2024** apresenta metadados do dia **25/08/2020**. Neste áudio é possível identificar a atuação do Del. ALEXANDRE RAMAGEM indicando, em suma, que seria necessário a instauração de procedimento administrativo contra os auditores da receita (Escor07) com o objetivo de anular a investigação, bem como retirar alguns auditores de seus respectivos cargos.

A continuidade das investigações também evidenciou a utilização dos recursos da ABIN para monitorar autoridades dos Poderes Judiciário (Ministros desta CORTE e os seus familiares) e Legislativo (Senadores da República e Deputados Federais), com o objetivo de obter vantagens políticas.

Nos arquivos até o momento analisados foram as seguintes autoridades e jornalistas monitorados:

PODER JUDICIÁRIO: Ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Luis Roberto Barroso e Luiz Fux;

PODER LEGISLATIVO: Deputado Federal Arthur Lira (Presidente da Câmara dos Deputados), Deputado Rodrigo

Maia (então Presidente da Câmara dos Deputados), Deputados Federais Kim Kataguirí e Joice Hasselmann, Senadores Alessandro Vieira, Omar Aziz, Renan Calheiros e Randolfe Rodrigues.

PODER EXECUTIVO: Ex-Governador de São Paulo, João Dória, Servidores do Ibama Hugo Ferreira Netto Loss e Roberto Cabral Borges, Auditores da Receita Federal do Brasil Christiano José Paes Leme Botelho, Cleber Homen da Silva e José Pereira de Barros Neto.

JORNALISTAS: Monica Bergamo, Vera Magalhães, Luiza Alves Bandeira e Pedro Cesar Batista.

Em relação ao monitoramento de membros do **PODER JUDICIÁRIO**, a Polícia Federal trouxe diversos diálogos entre os investigados **GIANCARLO GOMES RODRIGUES** e **MARCELO ARAÚJO BORMEVET** indicando possíveis ações clandestinas contra o Min. ALEXANDRE DE MORAES e o Min. ROBERTO BARROSO, membro desta SUPREMA CORTE, com o escopo de questionar a credibilidade do sistema eleitoral:

190. Os investigados, além do EVENTO-NINI, construíram dossiê com o fito de relacionar Ministro do Supremo Federal ao Delegado de Polícia Civil OSVALDO NICO GONÇALVES em **18/06/2020**.

191. Não bastasse, em outra ação, os investigados confeccionaram dossiês em 20/08/2021 com informações relacionadas ao Exmo. Ministro ALEXANDRE DE MORAES.

192. As ações realizadas pela estrutura paralela da ABIN executadas pelos servidores BORMEVET e GIANCARLO tentaram vincular, em paridade do *modus operandi* da ORCRIM, o Exmo. Ministro Relator ALEXANDRE DE MORAES à Delegado de Polícia Civil investigado por corrupção.

(...)

193. Destaca-se, neste caso específico, a utilização de

sistema ilegítimos, inclusive pagos em moeda estrangeira (Dólar e/ou Euro). Não há certeza de qual seria o sistema pago em dólar e/ou euro utilizado pelo militar GIANCARLO para monitorar Ministro do STF.

194. As ações clandestinas direcionadas ao Exmo. Ministro Relator eram reações ilícitas da ORCRIM contra as providências tomadas para justamente combater o uso da desinformação como meio para obtenção de vantagens indevidas inclusive de ordem política.

195. Salienta-se, na interlocução a seguir, que os investigados ainda tratam do uso de sistema clandestino para realizar pesquisas vinculadas às Pessoas Politicamente Expostas com o fito de apagar eventuais rastros das ações clandestinas.

(...)

196. O dossiê produto da ação ilícita foi encontrado em dispositivo de armazenamento com o nome: "*Alexandre x Nico.docx*" com metadado de criação de **18/06/2020** data da interlocução dos investigados. O dossiê produto da estrutura paralela apresenta fotos do Exmo. Ministro Alexandre de Moraes para tentar vinculá-lo ao delegado Osvaldo Nico Gonçalves.

(...)

198. A tentativa de associar o Exmo. Ministro ALEXANDRE DE MORAES a determinada pessoa com o fito de difundir desinformação e atingir o poder judiciário não foi a única ação clandestina realizada pela estrutura paralela da ABIN. O sr. GIANCARLO encaminhou para BORMEVET outros dossiês no dia **20/08/2021** relacionado ao Exmo. Ministro ALEXANDRE DE MORAES.

(...)

199. As informações disponíveis em fontes abertas indicam que em período compatível com as ações clandestinas relacionadas ao Exmo. Ministro Relator ALEXANDRE DE MORAES o então Presidente da República foi incluído no inquérito das "FAKE NEWS" em razão de ataques direcionados à credibilidade do sistema eleitoral.

(...)

200. Não bastassem as ações clandestina direcionadas para atacar O Exmo. Ministro Relator em razão de suas funções em atentado ao livre exercício do poder judiciário, foram identificadas outras referências ao Exmo. Ministro ALEXANDRE DE MORAES com indicativo de violência, bem como ações relacionas a tentativa de impeachment.

(...)

201. Os investigados BORMEVET e GIANCARLO, por oportuno, realizaram ações clandestinas esmiuçadas adiante para atacar o sistema eleitoral inclusive relacionando o Exmo. Ministro Luís Roberto Barroso.

(...)

340. As ações clandestinas direcionadas para desacreditar o processo eleitoral, nesta trilha, destacam a conexão das investigações em curso perfazendo a estrutura paralela que se apropriou da ABIN como uma das engrenagens de ORCRIM de maior amplitude.

341. O questionamento das urnas eletrônicas era mantra reiterado nas "ações de desinteligência" e neste evento a potencialidade ofensiva da ORCRIM é destacada ao tentar criar informações inverídicas relacionando Ministros do E. STF.

342. A partir de uma publicação no Tweet sobre as urnas eletrônicas e de declarações do perfil "Kim Paim" BORMEVET determinou ao subordinado GIANCARLO que "**mandasse bala**" para "**sentar o pau**" no assessor do Exmo. Ministro do STF LUÍS ROBERTO BARROSO.

343. O policial federal BORMEVET e o militar GIANCARLO ao tempo em exercício funcional na ABIN direcionaram o exercício funcional na Agência Brasileira de Inteligência para atacar assessor de Ministro do E. STF em razão de mister no E. TSE.

344. As ações direcionadas aos Ministros da Suprema Corte em razão do exercício de suas funções além de atos de embaraçamento de investigações, também perfazem atos que atentam contra o livre exercício do Poder Judiciário.

(...)

349. No caso em comento, a aberração lógica da associar a esposa de Ministro do E. STF com a empresa responsável em prestar serviços ao E. TSE foi difundida com a plena ciência dos interlocutores da "**qualidade**" de suas conclusões.

350. A difusão de informações falsas diretamente vinculadas a Ministro da Suprema Corte e seus familiares era intencionalmente difundida no grupo nominado pelo próprio **APF BORMEVET** como "**grupo dos malucos**" destacando a plena ciência dos interlocutores da desarrazoada desinformação produzida.

(...)

354. A intenção da ação da ORCRIM era deliberadamente atacar mais um Ministro da Suprema Corte conforme se depreende da afirmação de BORMEVET:

355. "Preciso que Você ache o vínculo do sobrinho/Barroso".

Ainda, conforme relatado pela Polícia Federal, a difusão de desinformação em grupos infiltrados pela estrutura paralela da ABIN afetou também o Min. DIAS TOFFOLI:

(...)

284. A premissa é verificável na ordem determinada por BORMEVET ao subordinado GIANCARLO para relacionar o então Diretor Geral DPF PAULO MAURINO ao ex-governador do Rio de Janeiro WITZEL posto que "**O cara é zero currículo e seria indicação do Toffoli**".

285. As ações clandestinas direcionadas pelo viés político revelam, portanto, o desvirtuamento republicano da inteligência de Estado para a obtenção de vantagens de várias ordens.

286. A ORCRIM ao tempo tentava se apropriar de toda polícia federal razão pela qual a produção ilícita de desinformação para atingir seus objetivos era direcionada aos interesses do coletivo delituoso.

287. Neste evento, mais um Ministro do E. STF Ministro Dias Toffoli foi objeto de desinformação difundida pelos vetores de propagação cooptados.

(...)

289. A ação clandestina em comento envolveu Ministro do E.STF, o diretor Geral da Polícia Federal, o então Governador do Rio de Janeiro e o atual vice-presidente da república como meio para desestabilizar a credibilidade das instituições revelando o potencial ofensivo da ORCRIM.

Em relação ao **PODER LEGISLATIVO**, segundo a autoridade policial, foram identificadas ações clandestinas para "caçar podres" do Deputado Federal **KIM KATAGUIRI** (inclusive contra os seus assessores), ocasião em que se descobriu que em momento anterior também foram realizadas ações contra o Deputado Federal **ARTHUR LIRA**, tudo conforme diálogos entre os investigados **GIANCARLO GOMES RODRIGUES** e **MARCELO ARAÚJO BORMEVET**, a saber:

203. O militar GIANCARLO destaca ao superior BORMEVET que a ação da estirpe delituosa já teria sido realizada em relação ao "**LIRA**" possivelmente o Deputado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, ARTHUR LIRA e em relação ao "**peçoal do RENAN**" possivelmente Senador **RENAN CALHEIROS**.

(...)

204. A reiterada prática delituosa perpetrada pela estrutura paralela infiltrada na ABIN era naturalmente tratada entre os interlocutores.

205. A determinação do policial federal BORMEVET "**Levantaremos tudo**" "**Pessoal de Gabinete**" foi devidamente respondida por GIANCARLO: "O fof(d)a é achar. **Foi igual ao que fiz do Lira**".

206. A interlocução indica que a ação clandestina contra o deputado KIM KATAGUIRI em momento anterior foi realizada também envolvendo possivelmente o Deputado Federal

ARTHUR LIRA.

207. As ações clandestinas continuaram em relação aos assessores do Deputado Federal KIM KATAGUIRI com o devido destaque para difusão das informações produzidas pela estrutura paralela em grupos de conversas.

(...)

208. A produção e difusão de desinformação era nos termos declarados pelo policial federal BORMEVET:

209. "Joga essa porra no grupo. Servidor de gabinete do Deputado KIM KATAGUIRI advoga em causas particulares, sendo pago com dinheiro público".

Dentro desse contexto, além das autoridades, agentes públicos e jornalistas já mencionados na representação, a Polícia Federal trouxe elementos indiciários acerca da associação de **ADÉLIO BISPO** com opositores do então governo, a exemplo da jornalista **MÔNICA BERGAMO**, do ex-governador do Estado de São Paulo **JOÃO DÓRIA**, de **JOSÉ DIRCEU**, do Deputado Federal **RODRIGO MAIA**, da FAMÍLIA MARINHO e do Senador **SÉRGIO MORO** (opositor naquele momento) por meio do perfil "@volg_do_rui" foi devidamente informada pelo investigado **GIANCARLO GOMES RODRIGUES** ao também investigado **MARCELO ARAÚJO BORMEVET**, policial federal:

242. A associação do responsável **ADÉLIO BISPO** com opositores no caso: **MÔNICA BERGAMO**, **JOÃO DÓRIA**, **JOSÉ DIRCEU**, **RODRIGO MARIA**, **FAMÍLIA MARINHO** e **SÉRGIO MORO** (opositor naquele momento) por meio do perfil "@volg_do_rui" foi devidamente informada pelo servidor **GIANCARLO** ao policial federal **BORMEVET**:

243. **GIANCARLO**: "Colhendo frutos da minha nova amizade por causa do material enviado."

A esse respeito, a **Procuradoria-Geral da República** destacou:

O somatório dos elementos informativos colhidos até o

momento permitiu a identificação de inúmeras outras ações clandestinas que contaram com a participação de ao menos um dos dois agentes (Giancarlo e Bormevet) ou de ambos, em completo desvio da finalidade institucional da ABIN.

(...)

Assim, estão catalogados "monitoramento Jean Willys e familiares", "vigilância Rodrigo Maia, Joice Hasseman determinada por Del. Alexandre Ramagem – Roberto Bertholdo", "ação clandestina – servidores do IBAMA (FIRST MILE)", "ação clandestina – Luiza Alves Bandeira (Jornalista Evento-DFTlab)", "ação clandestina – Pedro Cesar Batista (Jornalista)", "ação clandestina – investigação Renan Bolsonaro", "ação clandestina – investigação Flávio Bolsonaro", "ação clandestina – investigação caso Marielle", "investigação caso Adélio", "ações clandestinas contra Exmo. Ministro Alexandre de Moraes", "evento 'caçar podre' Deputado Federal Kim Kataguirí e Arthur Lira", "ação clandestina *Sleeping Giants* Brasil", "Anna Livia Solon Arida – Minha SAMPA", "Instituto Sou da Paz", "*Exposed* Funcionários do *Twitter*", "Jornalista Monica Bergano e ex-Governador João Doria", "ação clandestina agência de checagem: 'Aos Fatos' e 'Lupa'", "ação clandestina – Diretor da Polícia Federal Ministro Toffoli", "ações clandestinas: Senadores Renan Calheiros, Omar Aziz e Randolfe Rodrigues"; "Senador Alessandro Vieira"; "ação clandestina: Ministro Barroso vinculação Itaú e Positivo".

Nas ações descritas na representação, foram identificadas coincidências entre as datas das pesquisas feitas no sistema *FIRST MILE* e os diálogos realizados entre Bormevet e Giancarlo. A jornalista Luiza Alves Bandeira, por exemplo, foi monitorada no sistema *FIRST MILE* em 9.7.2020. Na mesma data, foi encontrado diálogo em que Bormevet determinou ao subordinado Giancarlo que "*futucasse até unha*" da jornalista, para identificar "*ligação com políticos, pessoas em geral*", ao fundamento de que "*essa mulher está denunciando perfis de direita*" (tópico 5.3.5 da representação).

E concluiu:

Os diálogos encontrados também desvendaram a forma de divulgação dos conteúdos ilícitos obtidos pelo núcleo de estrutura paralela. Apurou-se que o material reunido era repassado a vetores de propagação em redes sociais (perfis falsos e perfis cooptados) que formavam o núcleo de milícias digitais da organização criminosa.

A utilização de vetores de propagação, cooptados e municados pelo núcleo de estrutura paralela, servia como anteparo para distanciar do ilícito os verdadeiros beneficiários políticos da desinformação.

A autoridade policial, ainda, destacou que a rede paralela da ABIN também foi utilizada contra o Senador da República **ALESSANDRO VIEIRA**, que, ao tempo dos fatos, encaminhou requerimento para que o Vereador **CARLOS BOLSONARO** prestasse esclarecimentos na "CPI da COVID" e que fossem afastados os seus sigilos (bancário, fiscal, telefônico e telemático). Confira-se alguns diálogos entre os investigados **MARCELO ARAÚJO BORMEVET** e **GIANCARLO GOMES RODRIGUES**, bem como as conclusões da Polícia Federal:

318. A atuação do Senador **ALESSANDRO VIEIRA** na CPI encadeou. também, reação da engrenagem da ORCRIM para produção de desinformação.

319. GIANCARLO: "Senador Alessandro Vieira que está na CPI".

320. BORMEVET: "**Somente lixos**".

321. BORMEVET: "Vamos difundir isto. Pede pra marcar o **CB**". (CARLOS BOLSONARO).

322. GIANCARLO: "Já estou municando o pessoal".

(...)

323. A difusão da desinformação ocorria com a devida "marcação" de integrante do NÚCLEO-POLÍTICO "**CB**" - **CARLOS BOLSONARO**.

324. O estratagema da utilização de vetores de propagação e difusão para evitar a vinculação das condutas ilícitas aos beneficiários da desinformação integrantes do NÚCLEO-POLÍTICO é colocado em prática.

325. O militar cedido à ABIN **GIANCARLO** por meio de seu perfil fake "**Verdades Marcelo Augusto**" executa uma de suas tarefas na ORCRIM e difundiu o material com a devida precaução de registrar o destinatário final beneficiário do produto ilícito da ORCRIM:

326. GIANCARLO: "Acho que merece uma Thread marcando o Carlos Bolsonaro...".

(...)

327. As ações clandestinas ocorreram em represália as ações do Senador da República no exercício de seu cargo posto que no período das interlocuções conforme fontes abertas o parlamentar atuou em 2 (duas) frentes em detrimento ao NÚCLEO POLÍTICO.

328. O Senador Alessandro Vieira, ao tempo dos fatos, encaminhou requerimento para o vereador CARLOS BOLSONARO prestar depoimento da CPI da COVID, bem como que fossem afastados os sigilos: bancário, fiscal, telefônico e telemático conforme destacado em notícia jornalística.

(...)

329. A ação clandestina contra o Senador ALESSANDRO VIEIRA, ainda, se deu no período em que o Senador da República entrou com ação popular questionando a tentativa de aquisição do malware Pegasus da NSO que, supostamente, contava com a participação do vereador CARLOS BOLSONARO.

330. As ações clandestinas da ORCRIM, dessa forma, inevitavelmente foram realizadas como reação ao exercício da função pública de Senador da República.

(...)

331. Os investigados inclusive trataram sobre o assunto em especial sobre a possibilidade da notícia sobre a aquisição do *Pegasus* ser associada a viagem dos interlocutores para

Israel.

332. Em relação à identificação de malware de intrusão de dispositivos móveis não foram identificados uso desta aplicação Pegasus havendo diligências em andamento para apurar a extensão do uso de outras aplicações de monitoramento clandestino.

A representação policial ainda avança no sentido de identificar a difusão de informações produzidas pela estrutura paralela da ABIN por meio do perfil na rede social *Twitter* denominado "RICHARDS POZZER" (identificado como sendo a pessoa natural de **RICHARDS DYER POZZER**) e de outros perfis/grupos cooptados contra possíveis opositores do "NÚCLEO POLÍTICO".

Registre-se que há conversas em que o próprio **RICHARDS DYER POZZER** confirma ao militar **GIANCARLO GOMES RODRIGUES**, responsável por um perfil "fake" na rede social denominado "VERDADES", que tinha acesso ao Palácio do Planalto por meio dos servidores, ora investigados, **MATEUS DE CARVALHO SPOSITO** e **DANIEL RIBEIRO LEMOS**.

Inclusive, **RICHARDS DYER POZZER** teria declarado que tinha uma "linha direta" com o então Presidente da República **JAIR MESSIAS BOLSONARO** para encaminhar dossiês:

217. O Diretor Adjunto **FRANK MÁRCIO DE OLIVEIRA** encaminhou relatório produzido pelo DOINT com informações relacionadas ao coletivo nominado • **SLEEPING GIANTS BRASIL** com a indicação expressa de arquivamento de inquérito policial federal instaurado para apurar o responsável pelo perfil.

(...)

218. O militar **GIANCARLO** destacou ao seu superior policial federal **BORMEVET** que teria passado informações sobre o **SLEEPING GIANTS** para determinado perfil no *Twitter* de responsabilidade de **RICHARDS POZZER** (kkkkk fui eu que passei pra ele.)

(...)

219. Noutra ação clandestina, em **14/01/2021**, GIANCARLO encaminhou para BORMEVET captura de tela da publicação do perfil "@richard_pozzer" com as informações sobre a sr^a. ANNA LIVIA SOLON ARIDA.

220. Os interlocutores destacam o estratagema para garantir o benefício do produto ilícito das ações clandestinas ao NÚCLEO-POLÍTICO com o devido distanciamento.

221. "O cara marcou todo mundo" "kkkk só faltou o JB".

(...)

222. A difusão de informações produzidas pela estrutura paralela da ABIN por meio do perfil "RICHARD POZZER" era tarefa do núcleo de servidores responsáveis pelas ações clandestinas.

(...)

223. O produto das ações clandestinas era encaminhado para o vetor de propagação cooptado conforme se depreende da interlocução do sr. GIANCARLO indicando que estava alimentando o perfil "rootpozzzer".

224. No caso concreto, o servidor GIANCARLO, ao tempo dos fatos em exercício na ABIN, é responsável pela propagação de desinformação relacionada ao instituto "sou da paz" inclusive de possíveis advogados da instituição.

(...)

225. O sr. GIANCARLO confirma ao policial federal BORMEVET que o responsável pela desinformação propagava pelo vetor: "@richard_pozzer".

(...)

226. A difusão de desinformação a partir de vetores de propagação cooptados por servidores públicos cedidos à ABIN é estratagema para dificultar a vinculação da produção ilícita de desinformação com os beneficiários destas conforme se depreende do destaque dado pelo militar GIANCARLO:

227. "E esta marcando o CB em todas".

228. A sigla "CB" é expressão utilizada pelos investigados para se referirem ao vereador **CARLOS BOLSONARO**

conforme destacado em fontes abertas pelo policial federal BORMEVET:

(...)

231. A difusão de desinformação a partir de vetores de propagação (perfis e grupos cooptados) era direcionada para uso e benefício do NÚCLEO POLÍTICO conforme se depreende da interlocução dos investigados:

232. GIANCARLO: "É sempre marcado o 02 kkkkk";

233. BORMEVET: "Massa. As coisas estão ficando boas".

234. A cooptação de grupos para disseminação de desinformação era estratégia para dificultar a rastreabilidade dos reais responsáveis pelas campanhas de desinformação. Neste caso: servidores públicos atuando no sistema de inteligência nacional.

(...)

247. A ORCRIM também contava com integrantes servidores da Presidência da República no Palácio do Planalto.

248. O vetor de propagação de desinformação Richards Pozzer confirmou ao militar GIANCARLO responsável pelo perfil fake "VERDADES" que tinha acesso ao Palácio do Planalto por meio dos servidores MATEUS SPOSITO e DANIEL LEMOS.

(...)

249. O sr. RICHARDS POZZER destaca que teria uma "linha direta" com o então PRESIDENTE DA REPÚBLICA para encaminhar dossiês: "aí a com um dossiê caprichado é o envio do pacote e já era".

(...)

360. A difusão da desinformação produzida pela ORCRIM era realizada pelos vetores cooptados como o sr. "Richards Pozzer" e tinha o intento de atingir o máximo de pessoas possíveis conforme destacado a seguir o objetivo era: "**fazer um thread**".

Além do perfil do *Twitter* de **RICHARDS DYER POZZER**, a Polícia Federal identificou outro perfil de propagação de "Fake News" (agora, os

perfis "DALLAS COWBOY" e "@DallasginReturn", de **ROGÉRIO BERALDO DE ALMEIDA**), com "modus operandi" semelhante aos demais e com informações fornecidas por **GIANCARLO GOMES RODRIGUES**, por meio da estrutura paralela da ABIN:

235. Os grupos infiltrados pelo militar cedido à ABIN GIANCARLO serviam como vetores de difusão de desinformação produzidas pela estrutura paralela da ABIN conforme se depreende da mensagem encaminhada relativa ao responsável pelo perfil: "@DallasGinghinniReturn".

236. O vetor cooptado pelo militar cedido à ABIN GIANCARLO oferece informações sobre o ex-Governador JOÃO DORIA e contra a jornalista MÔNICA BERGANO.

237. As campanhas de desinformação, registre-se por oportuno, resultam em efeitos deletérios à honra objetiva dos opositores que alcançam perenidade no espaço virtual posto que ser praticamente impossível apagar todas as mazelas produzidas pela ORCRIM.

238. O sr. ROGÉRIO GINCHININI, "DALLAS COWBOY" figura em fontes abertas como responsável pela propagação de FAKE NEWS. Os "*Modus Operandi*" do perfil e as informações corroboram ser, em verdade, mero vetor de propagação de informações falsas produzidas por servidores da estrutura paralela da ABIN.

(...)

239. A propagação da desinformação possui efeitos permanentes. O perfil @DallasginRetum conforme publicação em 01/01/2021 está disponível até o momento indicando os efeitos permanentes das condutas ilícitas.

Com o avanço das investigações, sobretudo após as informações adquiridas de um dos vetores de propagação de desinformação (**RICHARDS DYER POZZER**), a Polícia Federal também localizou outros agentes (**MATEUS DE CARVALHO SPOSITO**, **DANIEL RIBEIRO LEMOS** e **JOSÉ MATHEUS SALES GOMES**), à época servidores da

Presidência da República no Palácio do Planalto, que integrariam o "NÚCLEO-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA" e eram responsáveis por viabilizar, segundo a investigação, o contato entre os núcleos de propagação de desinformação com o então Presidente da República:

250. Cuida-se de DANIEL RIBEIRO LEMOS se apresenta como Analista Político Legislativo.

251. O contato referido DANIEL LEMOS até a presente quadra administrativa ainda fomenta o canal "Terça-Livre".

(...)

252. A interface do vetor de propagação de desinformação sr. RICHARD POZZER com o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** era(é) o sr. **MATEUS SPOSITO**. A premissa é corroborada com os demais elementos de prova colhidos até a presente quadra. investigativa.

253. O veículo jornalístico O GLOBO noticiou o "*Modus Operandi*" da disseminação de desinformação na internet destaca a existência, nos termos da reportagem, "**gabinete do ódio**" no Palácio do Planalto.

(...)

254. A infiltrada teria sido convidada para fazer parte de uma equipe da **SECOM - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República**.

255. Um dos "principais contatos" da informante seria justamente o RICHARD POZZER indicado pela CPI da COVID por disseminar desinformação, além disso, sua ascensão no grupo só teria ocorrido após conquistar a confiança do blogueiro ALLAN DOS SANTOS e, corroborando as premissas investigativas, o servidor da. Secretaria da. Comunicação da Presidência da República, sr. **MATEUS SPOSITO**.

256. As ações de produção de desinformação realizadas pelo militar **GIANCARLO** materializada em **dossiês** encaminhados por meio do perfil fake "**verdades**" para os vetores de propagação e difusão, no caso **RICHARD POZZER**, conforme as interlocuções entre os investigados, tinham como destinatários finais os beneficiários das vantagens políticas.

257. **MATEUS SPOSITO** ao encaminhar documento nominado de "**Tesouheiros.pdf**" agradece ao vetor de propagação **RICHARD POZZER**:

258. "Foi pro canal pra chegar no Flávio. E foi pro Ramagem, pra Abin achar o cara".

259. "Pediram para agradecer demais a todos aqui. Tem umas peças que faltavam nas investigações da galera da PR."

260. O sr. **RICHARD POZZER** de pronto enaltece que a produção da desinformação é de responsabilidade do militar, ao tempo cedido à ABIN, **GIANCARLO**:

261. "O dossiê é do Verdades...Eu sou só o Zé Goiaba que fica instigando."

(...)

262. O **MATEUS** indica ao sr. **RICHARD POZZER** que teria encaminhado "tesouheiros.pdf" para determinado canal para que chegasse ao "**Flávio**" Senador **FLÁVIO BOLSONARO** e para **RAMAGEM** para que a ABIN identificasse determinado sujeito. Além disso, o **MATEUS** indicou existirem "**investigações**" em andamento na **PR** possivelmente Presidência da República.

263. "Foi para o "canal" para chegar no Flávio. E foi pro Ramagem, pra ABIN achar o cara."

264. "Pediram para agradecer demais a todos aqui. Tem umas peças que faltavam nas investigações da galera da PR."

265. As evidências digitais indicam se tratar do sr. **MATEUS SPOSITO** que exerceu a Coordenação de Vídeo da Presidência da República no início de 2019 até 2022 conforme informações em fontes abertas.

(...)

266. O *Modus operandi* da ORCRIM em especial as ações clandestinas realizadas com recursos humanos e materiais da ABIN realizadas para produzir desinformação que eram difundidas pelos vetores de propagação (ex. **RICHARD POZZER**) contava com a integração de **NÚCLEO** na **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**.

267. O produto ilícito produzido pela estrutura paralela

irradiada na ABIN em uma das ações clandestinas - **família do Lindoso** - foi encaminhado para servidor da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - MATEUS SPOZITO que por sua vez encaminhou ao Del. RAMAGEM que prontamente repassou aos subordinados GIANCARLO e BORMEVET para difusão. Nesta ação clandestina, destaca-se que a "**confirmação dos dados**" foi realizada pelo próprio GIANCARLO comprovando assim a relação cíclica do esquema de difusão de desinformação com a participação de servidores da ABIN e da PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.

(...)

269. O militar GIANCARLO destacou ao seu superior policial federal BORMEVET que o perfil cooptado "**RICHARD POZZER**" teria sido "citado" pelo SENADOR HUMBERTO COSTA na CPI das Fake News. 270. Um dos vetores identificados até o momento era de responsabilidade do sr. RICHARD POZZER que foi indicado na CPI da COVID por propagar desinformação. Os servidores cedidos à ABIN comentam a ação do Senador Humberto Martins no âmbito da CPI do COVID:

(...)

272. O outro servidor da **PRESIDÊNCIA** identificado pela CPI da PANDEMIA como integrante do núcleo da Presidência da República responsável pela difusão de desinformação seria o servidor **JOSÉ MATHEUS SALES GOMES**.

273. Cuida-se de **JOSÉ MATHEUS SALES GOMES**, ao tempo assessor do vereador **CARLOS BOLSONARO** e em 2023 contratado pelo Deputado Federal Del. **ALEXANDRE RAMAGEM**.

A **Procuradoria-Geral da República** destacou a importância das provas produzidas tanto pela PF, quanto pela CPI das FAKE NEWS:

As diligências da CPI das FAKE NEWS também identificaram Mateus Sposito como responsável por ataques

contra adversários, em reforço aos elementos colhidos pela Polícia Federal.

A mesma Comissão Parlamentar de Inquérito identificou outro servidor atuante na Presidência da República como integrante do núcleo responsável pela difusão de desinformação – o servidor José Matheus Sales Gomes que, ao tempo dos fatos, era Assessor Especial do então Presidente da República.

Apurou-se que, em 2023, José Matheus foi contratado pelo Deputado Federal Del. Alexandre Ramagem e, em momento anterior, já havia sido assessor de Carlos Bolsonaro enquanto Vereador, o que reforça seus vínculos com outros integrantes da organização criminosa.

A representação conclui que as ações clandestinas direcionadas contra opositores e instituições eram realizadas com a integração de funcionários públicos em exercício funcional na Presidência da República. Ressalta, assim, a complexidade da organização criminosa, que contava com três núcleos (denominados de "Estrutura Paralela", "Milícias Digitais" e "Presidência da República") atuando de forma concatenada para atender aos interesses do Núcleo Político, o alto escalão da organização.

III) PRISÃO PREVENTIVA.

A Polícia Federal representou pela decretação da prisão preventiva de **MATEUS DE CARVALHO SPOSITO** (CPF n. 218.442.278-98), de **RICHARDS DYER POZZER** (CPF n. 031.986.259-39), de **ROGÉRIO BERALDO DE ALMEIDA** (CPF n. 151.937.388-0), de **MARCELO ARAÚJO BORMEVET** (CPF n. 007.457.567-86) e de **GIANCARLO GOMES RODRIGUES** (CPF n. 70.864.947-55).

O essencial em relação às liberdades individuais, em especial a *liberdade de ir e vir*, não é somente sua proclamação formal nos textos constitucionais ou nas declarações de direitos, mas a absoluta

necessidade de sua pronta e eficaz consagração no mundo real, de maneira prática e eficiente, a partir de uma justa e razoável compatibilização com os demais direitos fundamentais da sociedade, de maneira a permitir a efetividade da Justiça Penal.

MAURICE HAURIOU ensinou a importância de compatibilização entre a *Justiça Penal* e o *direito de liberdade*, ressaltando a consagração do *direito à segurança*, ao salientar que, *em todas as declarações de direitos e em todas as Constituições revolucionárias, figura a segurança na primeira fila dos direitos fundamentais*, inclusive apontando que *os publicistas ingleses colocaram em primeiro plano a preocupação com a segurança*, pois, conclui o Catedrático da Faculdade de Direito de Toulouse, que, *por meio do direito de segurança, se pretende garantir a liberdade individual contra o arbítrio da justiça penal, ou seja, contra as jurisdições excepcionais, contra as penas arbitrárias, contra as detenções e prisões preventivas, contra as arbitrariedades do processo criminal (Derecho Público y constitucional. 2. ed. Madri: Instituto editorial Réus, 1927. p. 135-136).*

Essa necessária compatibilização admite a relativização da *liberdade de ir e vir* em hipóteses excepcionais, razoável e proporcionalmente previstas nos textos normativos, pois a consagração do Estado de Direito não admite a existência de restrições abusivas ou arbitrárias à *liberdade de locomoção*, como historicamente salientado pelo grande magistrado inglês COKE, em seus comentários à CARTA MAGNA, de 1642, por ordem da Câmara dos Comuns, nos estratos do *Segundo Instituto*, ao afirmar: *que nenhum homem seja detido ou preso senão pela lei da terra, isto é, pela lei comum, lei estatutária ou costume da Inglaterra* (capítulo 29). Com a consagração das ideias libertárias francesas do século XVIII, como lembrado pelo ilustre professor russo de nascimento e francês por opção, MIRKINE GUETZÉVITCH, essas limitações se tornaram exclusivamente *trabalho das Câmaras legislativas*, para se evitar o abuso da força estatal (*As novas tendências do direito constitucional*. Companhia Editora Nacional, 1933. p. 77 e ss.).

A representação da Polícia Federal detalha, minuciosamente, a presença dos requisitos necessários e suficientes para a decretação da

prisão preventiva:

485. Os fatos descritos na presente fase investigativa indicam a presença de uma estrutura organizada e estável, caracterizada pela união de desígnios, formada pela associação de quatro ou mais pessoas, com a finalidade de praticar ações clandestinas para obter vantagens financeiras e/ou políticas, configurando, assim, o tipo penal previsto no artigo 2º da Lei nº 12.850/2013 (Organização Criminosa).

486. As ações clandestinas realizadas utilizando-se do sistema FIRST MILE enquadram-se no tipo penal do artigo 10 da Lei 9.296/96 (Interceptação Ilegal) combinado com o artigo 154-A do Código Penal (Invasão de Dispositivo Informático). Ademais, as ações que se valeram de outros sistemas oficiais possuem tipicidade no artigo 325, §2º, do Código Penal (Violação de Sigilo Funcional).

487. Os integrantes da organização criminosa, responsáveis por ações clandestinas dirigidas a impedir o livre exercício dos poderes constituídos, atacar adversários, desacreditar o sistema eleitoral e/ou difundir desinformação para obter vantagens políticas e econômicas, podem responder pelo artigo 359-L do Código Penal (Tentativa de Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito). Essa responsabilização pode ocorrer tanto pela posição de garantidor por omissão imprópria (artigo 13, §2º, do Código Penal), considerando que tais comportamentos criaram risco de resultado violento e/ou pela violação do dever de cuidado, proteção e vigilância, quanto por ação direta.

488. As condutas penais identificadas até a presente fase investigativa, sem prejuízo da devida individualização no relatório final, possuem tipicidade penal nos seguintes artigos: artigo 2º da Lei nº 12.850/2013 (Organização Criminosa), artigo 10 da Lei 9.296/96 (Interceptação Ilegal), artigo 154-A do Código Penal (Invasão de Dispositivo Informático) e artigo 325, §2º, do Código Penal (Violação de Sigilo Funcional).

(...)

489. Os delitos praticados pela ORCRIM e o caráter permanente da integração de seus membros representam risco ao acervo probatório ainda mais se tratando de sujeitos que já direcionaram ações clandestinas no sentido do embaraçamento das investigações do INQ 4781 sendo necessária e proporcional as medidas investigativas representadas ao final.

490. Os sujeitos identificados nesta quadra investigativa como responsáveis pela interface entre o **NÚCLEO-ESTRUTURA-PARALELA** e **NÚCLEO-POLÍTICO** apresentam relevância ímpar para investigação ainda mais em se tratando de investigados com amplo conhecimento em técnicas investigativas e ações de inteligência.

491. As ações clandestinas eram realizadas com a ciência e/ou demandadas diretamente pelo então Diretor Del. ALEXANDRE RAMAGEM conforme declarado pelo próprio subordinado BORMEVET.

492. Nessa linha, o reconhecimento da conexão entre a presente investigação e o INQ. 4781, bem como seus respectivos eixos de apuração, em especial a tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, merece destaque. Em particular, é relevante o evento relacionado às tratativas dos policiais federais **BORMEVET** e **CARLOS MAGNO**, que incluíram referência expressa à assinatura do decreto de rompimento democrático mencionado pelo policial federal **BORMEVET** ao militar **GIANCARLO**, ambos cedidos na época dos fatos, respectivamente, à Presidência da República e à ABIN.

493. As ações clandestinas para atacar opositores, instituições e desacreditar o sistema eleitoral, portanto, se situam potencialmente na linha de desdobramento natural dos fatos que resultaram na tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito revelando a potencialidade ofensiva ímpar da apropriação indevida da Inteligência de Estado.

(...)

502. A **POLÍCIA FEDERAL**, portanto, presentes:

503. **i) indícios suficientes de prova da materialidade e**

indícios de autoria dos crimes de Organização Criminosa (art. 2º, da Lei 12.850/2013) cc Tentativa de Abolição do Estado Democrático de Direito (art. 359-L, do Código Penal) cc Interceptação Clandestina de Comunicações (art. 10, da Lei 9.296/96) cc Invasão de Dispositivo Informático Alheio (art. 154-A) e outros cujo preceito secundário em parte destes é superior a quatro anos (**art. 313, inciso I, do CPP**); **ii) tratando-se de medida necessária e adequada para garantir a aplicação da lei penal e instrução processual (art. 282, incisos I e II, do CPP cc art. 312 cc 313 do CPP)**, por meio da autoridade policial signatária representa pela **PRISÃO PREVENTIVA** dos investigados:

NOME	CPF	REFERÊNCIA
MATEUS DE CARVALHO SPOSITO	218.442.278-98	
NÚCLEO-PRESIDÊNCIA;		
RICHARDS DYER POZZER	031.986.259-39	
NÚCLEO VETOR DE PROPAGAÇÃO;		
ROGÉRIO BERALDO DE ALMEIDA	151.937.388-00	
NUCLEO VETOR DE PROPAGAÇÃO;		
MARCELO ARAÚJO BORMEVET	007.457.567-86	
NÚCLEO-ESTRUTURA PARALELA;		
GIANCARLO GOMES RODRIGUES	70.864.947-55	
NÚCLEO-ESTRUTURA PARALELA.		

A investigação aponta que esses agentes integrariam uma organização criminosa com intuito de monitorar ilegalmente pessoas e autoridades públicas invadindo aparelhos e computadores, além da infraestrutura de telefonia, conforme anteriormente detalhado.

A Polícia Federal identificou uma estrutura que seria integrada por parte desses policiais federais à época cedidos à ABIN, bem como por oficiais de inteligência que aderiram às condutas delituosas perpetradas pela organização criminosa, que possuía, em sua matriz, diversos

núcleos, um deles o da "ESTRUTURA-PARALELA", que atuava sob o comando de **ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES**, então Diretor-Geral.

Constatou-se, como descrito anteriormente, que na "ESTRUTURA-PARALELA" foi utilizado o sistema *FIRST MILE* nas ações clandestinas, que por seu inegável caráter intrusivo, expôs a existência da estrutura paralela a partir do seu uso desvirtuado, ações clandestinas que eram realizadas por meio do aparato estatal para atacar instituições (STF, Congresso Nacional, TSE e outras), mediante a difusão de notícias falsas contra opositores, inclusive atacando todo o aparato eletrônico de votação.

As investigações apontam que as mencionadas ações clandestinas ensejaram, motivaram e causaram, direta ou indiretamente, a tentativa de Golpe de Estado ocorrida em 08 de janeiro de 2023, que pretendia abolir nosso Estado Democrático de Direito e instituir uma Ditadura e cujas investigações e processos já acarretaram MAIS DE 230 condenações. Crimes: arts. 288, parágrafo único (associação criminosa armada), 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito), 359-M (golpe de Estado), 163, parágrafo único, I, II, III e IV (dano qualificado pela violência e grave ameaça, com emprego de substância inflamável, contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima), todos do Código Penal, e art. 62, I, da Lei 9.605/1998 (deterioração de patrimônio tombado), observadas as regras do art. 29, caput (concurso de pessoas) e art. 69, caput (concurso material), ambos do CÓDIGO PENAL.

Os investigados, segundo a Polícia Federal, participaram de uma estrutura espúria infiltrada na ABIN voltada para a obtenção de toda a ordem de vantagens para o NÚCLEO-POLÍTICO, produzindo desinformação para atacar adversários e instituições que, por sua vez, era difundida por intermédio de vetores de propagação materializados em perfis e grupos controlados por servidores em exercício na ABIN.

O Relatório da Polícia Federal traz prova da materialidade e indícios suficientes dos graves delitos praticados.

A ciência do investigado **MARCELO ARAUJO BORMEVET** sobre

o sistema *First Mile* foi amplamente comprovada ao longo das investigações, as quais também demonstraram que o militar **GIANCARLO GOMES RODRIGUES** era um dos responsáveis pela execução das ações clandestinas que, dentre outras ferramentas, valeram-se do sistema *First Mile*.

A representação policial também identificou a difusão de informações produzidas pela estrutura paralela da ABIN por meio do perfil na rede social *Twitter* denominado "RICHARDS POZZER" (identificado como sendo a pessoa natural de **RICHARDS DYER POZZER**) e de outros perfis/grupos cooptados contra possíveis opositores do "NÚCLEO POLÍTICO".

Ressalte-se, ainda, que, além do perfil do *Twitter* de **RICHARDS DYER POZZER**, a Polícia Federal identificou, ainda, outro perfil de propagação de "Fake News" (agora, os perfis "DALLAS COWBOY" e "@DallasginReturn", de **ROGÉRIO BERALDO DE ALMEIDA**), com "modus operandi" semelhante aos demais e com informações fornecidas por **GIANCARLO GOMES RODRIGUES**, por meio da estrutura paralela da ABIN. Com o avanço das investigações, sobretudo após as informações adquiridas de um dos vetores de propagação de desinformação (**RICHARDS DYER POZZER**), a Polícia Federal também localizou outros possíveis agentes (**MATEUS DE CARVALHO SPOSITO, DANIEL RIBEIRO LEMOS e JOSÉ MATHEUS SALES GOMES**), à época servidores da Presidência da República no Palácio do Planalto, que integrariam o "NÚCLEO-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA" e eram responsáveis por viabilizar, em tese, o contato entre os núcleos de propagação de desinformação com o então Presidente da República.

As condutas dos investigados, narradas pela Polícia Federal, revelam-se ilícitas e gravíssimas, constituindo ameaça à segurança de autoridades públicas, bem como voltadas para a obtenção não só de vantagens de natureza econômica, mas especialmente de natureza política. As investigações evidenciaram a utilização dos recursos da ABIN para monitorar autoridades dos Poderes Judiciário (Ministros desta CORTE e os seus familiares) e Legislativo (Senadores da República e

Deputados Federais), com o objetivo de obter vantagens políticas. Esses elementos demonstram uma **organização criminosa** que tem por um de seus fins desestabilizar as instituições republicanas, principalmente aquelas que possam contrapor-se de forma constitucionalmente prevista a atos ilegais ou inconstitucionais, como o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, valendo-se de uma estrutura ilegal que colocou em risco a democracia brasileira. Essa **organização criminosa** atentou contra a Democracia e o Estado de Direito, até porque os diálogos encontrados pela Polícia Federal também desvendaram a forma de divulgação dos conteúdos ilícitos obtidos pelo núcleo de estrutura paralela. Apurou-se que o material reunido era repassado a vetores de propagação em redes sociais (perfis falsos e perfis cooptados) que formavam o núcleo de milícias digitais da organização criminosa. A propósito, até hoje se verifica, diariamente, pelas mais variadas mídias, ataques diretos às já mencionadas instituições (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Congresso Nacional, Ministros do STF e Parlamentares, dentre outras), com o mesmo *modus operandi* que foi usado pelos integrantes da questionada organização criminosa, que tiveram as suas prisões preventivas representadas pela Polícia Federal. De modo a escancarar que, até hoje, de um modo ou de outro, essa estrutura ilegal continua a produzir notícias falsas, replicando-as do mesmo modo como sempre as replicou no passado, evidenciando, de forma contundente, que essas ações criminosas continuam a ocorrer, clara a contemporaneidade reclamada pela custódia cautelar, ainda como exposto pela Polícia Federal.

A utilização de vetores de propagação, cooptados e municiados pelo núcleo de estrutura paralela, servia como anteparo para distanciar do ilícito os verdadeiros beneficiários políticos da desinformação.

A presente hipótese, portanto é gravíssima e excepcional, sendo patente a razoabilidade e proporcionalidade para a decretação das prisões preventivas representadas pela Polícia Federal, pois flagrante a compatibilização entre a Justiça Penal e o direito de liberdade, no sentido da garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, uma vez que, presentes o *fumus*

commissi delicti e periculum libertatis, pois demonstrados nos autos os fortes indícios e provas de materialidade e autoria, em tese, dos crimes previstos no art. 2º, da Lei n. 12.850/13 (organização criminosa), no art. 10, da Lei n. 9.296/96 (interceptação ilegal), no art. 154-A, do Código Penal (invasão de dispositivo informático) e no art. 325, §2º, do Código Penal (violação de sigilo funcional), conforme bem destacado na representação da Polícia Federal.

Em seu parecer, a PGR aponta a gravidade dos fatos e a existência de *“elementos indicativos de condutas graves praticadas pelos requeridos”*, entretanto, entende que estariam ausentes fatos novos ou contemporâneos que justificassem a decretação da prisão preventiva, opinando pela decretação de medidas cautelares diversas.

A Polícia Federal, entretanto, fundamenta seu pedido na existência de contemporaneidade, bem como no caráter permanente da ORCRIM, além da possibilidade de obstrução na produção probatória, como destacado na representação:

494. A ORCRIM, em resposta às ações que impediram sua expansão para outros órgãos, especialmente a Polícia Federal, realizou ações clandestinas para criar desinformação contra o Exmo. Ministro Relator. Essas ações visaram atentar contra o exercício do Poder Judiciário e embaraçaram as investigações em curso no INQ. 4781.

495. A integração de outros sujeitos relacionados no INQ. 4781: Osvaldo Eustáquio e Allan dos Santos que por sua vez continuam realizando ataques sistemáticos revelam o caráter permanente, bem como a contemporaneidade das ações praticadas pela ORCRIM.

496. Neste sentido inclusive são as postagens do sr. DANIEL RIBEIRO LEMOS indicado pelo sr. RICHARD POZZER como um dos responsáveis pela linha direta com o então PRESIDENTE JAIR BOLSONARO, bem como o sr. ALLAN DOS SANTOS, conforme fontes abertas, atualmente foragido responsável pelo canal terça-livre.

497. A liberdade dos investigados militar GIANCARLO e

policial federal BORMEVET responsáveis pela execução ações clandestinas representa risco ao acervo probatório em razão da existência de ações desnudadas realizadas para embaraçar **todas** as investigações sejam elas policiais, do ministério público e parlamento federal em benefício do NÚCLEO-POLÍTICO.

498. A **não** identificação de todos os integrantes da ORCRIM acrescida das ações de desinformação que ainda continuam a ocorrer também em benefício ao NÚCLEO-POLÍTICO inclusive por meio de foragidos – ALLAN DOS SANTOS e OSVALDO EUSTÁQUIO – que eram abastecidos pelo NÚCLEO-ESTRUTURA-PARALELA infiltrada na ABIN com o objetivo de obter vantagens políticas revelam a continuidade de ação da ORCRIM e repassadas pelos vetores de difusão ao NÚCLEO-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA a contemporaneidade dos atos de embaraçamento das investigações conexas em curso.

499. Neste ponto, mister destacar que não somente vantagens políticas, mas também econômicas eram intentadas pela ORCRIM posto que existem indícios veementes do crime de corrupção passiva (art. 327 do Código Penal) que será tratado no momento oportuno pra investigação.

500. A segregação provisória dos responsáveis pelas ações clandestinas e com a "linha direta" com a PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA é medida necessária para assegurar a conveniência da instrução criminal e assegurar a aplicação da lei penal.

501. As interlocuções indicam a "linha direta" com o NÚCLEO-POLÍTICO dos sujeitos de investigação: RICHADS POZER (NÚCLEO-PROPAGAÇÃO DE DESINFORMAÇÃO), MATEUS SPOSITO (NÚCLEO PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA), GIANCARLO E BORMEVET (NÚCLEO ESTRUTURA-PARALELA).

No presente momento da investigação, as razões detalhadas pela Polícia Federal merecem atenção, pois há reais possibilidades dos investigados criarem obstáculos em relação a atuação investigativa.

Como se vê, sobressai dos autos a gravidade diferenciada das práticas ilícitas em questão, do que decorre a necessidade da garantia da ordem pública e a necessidade de preservação da investigação criminal, notadamente em razão dos investigados poderem continuar obstruindo as investigações policiais, uma vez que eles possuem dados e variados contatos obtidos de forma ilícita durante as suas participações na referida estrutura espúria infiltrada na ABIN.

Em que pese o parecer contrário à decretação das prisões preventivas, a própria PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA reconheceu a possibilidade de interferência, ao posicionar-se contra o compartilhamento das provas com a Corregedoria da ABIN, salientado que:

Em fases anteriores desta investigação, foram identificadas ações das novas gestões da ABIN indicativas da intenção de evitar a apuração aprofundada dos fatos, o que ensejou a avocação do procedimento disciplinar ali instaurado pela Controladoria Geral da União.

A própria representação enfatiza que, em data recente, agente investigado da ABIN procurou um Senador da República, com o possível intuito de embaraçar as investigações (fl. 12).

A aparente resistência identificada no interior da Agência Brasileira de Inteligência e a ausência de urgência do pretendido compartilhamento, que pode ocorrer após o encerramento das investigações, recomendam o indeferimento do pedido formulado.

O contexto delineado, portanto, revela a imprescindibilidade das prisões, haja vista que, se os investigados permanecerem em liberdade, podem dar continuidade às suas atividades criminosas, pois, como dito, os investigados possuem dados e contatos que podem ser utilizados para obstruir as investigações policiais, sem se perder de vista que os ataques às instituições ainda perduram de modo similar ao narrado na representação da PF, inclusive no que diz respeito à veiculação e

respectiva difusão.

Em hipótese semelhante, recentemente, a PRIMEIRA TURMA referendou prisão preventiva por mim decretada exatamente para evitar a possibilidade de obstrução às investigações por agentes públicos com alto poder de influência:

“Ementa: PENAL E PROCESSO PENAL PRÁTICA DAS CONDUtas DESCRITAS NOS ARTS. 121, § 2º, I E IV, DO CÓDIGO PENAL; 121, § 2º, I, IV e V, DO CÓDIGO PENAL; 121, § 2º, I, IV e V, c/c 14, II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL; ART. 2º, §§ 3º e 4º, II, DA LEI Nº 12.850/2013; e 2º, § 1º, DA LEI Nº 12.850/2013. MATERIALIDADE COMPROVADA POR LAUDOS DE EXAME DE NECROPSIA, DE RECOGNIÇÃO VISUOGRÁFICA DE LOCAL DE CRIME, DE EXAME EM LOCAL DE DUPLO HOMICÍDIO E DE REPRODUÇÃO SIMULADA DOS FATOS. INDÍCIOS DE AUTORIA MEDIATA DE DEPUTADO FEDERAL E DE CONSELHEIRO DE TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL. ELEMENTOS DE CONVICÇÃO QUE CORROBORAM AS DECLARAÇÕES DE COLABORADOR. REITERADOS ATOS DE OBSTRUÇÃO DE INVESTIGAÇÃO ENVOLVENDO ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. POSSIBILIDADE CONSTITUCIONAL DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO DE DEPUTADO FEDERAL PELA PRÁTICA DE CRIME INAFIANÇÁVEL (CF, ARTIGO 53, § 2º). NECESSIDADE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DELIBERAR SOBRE A MANUTENÇÃO DA PRISÃO. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES RESTRITIVAS DE DIREITO DIVERSAS DA PRISÃO PREVENTIVA NOS TERMOS DO ART. 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL A OUTROS INVESTIGADOS. POSSIBILIDADE. DECISÃO REFERENDADA.

(...)

2 . Atos de obstrução das investigações praticados pelos irmãos DOMINGOS INÁCIO BRAZÃO e JOÃO FRANCISCO INÁCIO BRAZÃO, apontados como mandantes dos crimes investigados nestes autos, com a finalidade de impedir o avanço da

investigação para garantir que permanecessem impunes.
3 . Atos de obstrução das investigações praticados pelos irmãos DOMINGOS INÁCIO BRAZÃO e JOÃO FRANCISCO INÁCIO BRAZÃO, com a finalidade de embaraçar a investigação instaurada para apurar o envolvimento de organização criminosa instalada na Divisão de Homicídios da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

(...)

Incidência, em relação a JOÃO FRANCISCO INÁCIO BRAZÃO (Deputado Federal) e DOMINGOS INÁCIO BRAZÃO (Conselheiro de Tribunal de Contas), respectivamente, do artigo 53, § 2º da Constituição Federal e do artigo 33, I, da LOMAN aplicado aos Tribunais de Contas por força do artigo 73, § 3º da Constituição Federal, que, entretanto, na presente hipótese, AUTORIZAM A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.

5. Hipótese de prisão preventiva excepcional, sendo patente a razoabilidade e proporcionalidade para a decretação das prisões, pois flagrante a compatibilização entre a Justiça Penal e o direito de liberdade, no sentido da garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, uma vez que, presentes o *fumus commissi delicti* e *periculum libertatis*

(...)

8. Medidas cautelares diversas da prisão dispostas no artigo 319 do CPP mostram-se necessárias até que seja finalizada a colheita probatória, pois visam resguardar as evidências, identificar terceiros que se aliaram à prática dos crimes, permitir a oitiva de pessoas sem que sofram interferência ou coação dos investigados e identificar o *modus operandi* da organização criminosa.

9. DECISÃO REFERENDADA.”.

Os precedentes desta SUPREMA CORTE autorizam a prisão nessas circunstâncias, pois “a necessidade de interromper a atuação de organização criminosa e o risco concreto de reiteração delitiva justificam a

PET 12732 / DF

decretação da custódia cautelar para a garantia da ordem pública” (HC 138.552 AgR/DF, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 19/6/2017). Nesse mesmo sentido: HC 140.305/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 25/4/2018; HC 140.512/SP, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe de 30/5/2017; HC 137.131 AgR/RS, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 17/5/2017; HC 141.170 AgR/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe de 19/5/2017; HC 132.543/RS, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 6/9/2016.

A gravidade das condutas atribuídas aos investigados, atentatórias de bens jurídicos de extrema relevância, o risco de reiteração criminosa, a necessidade de resguardar as investigações, somado a tudo o que já se expôs, revelam a necessidade da decretação da prisão preventiva.

Assim, nos termos do art. 312, do Código de Processo Penal, estão presentes o *fumus commissi delicti* e *periculum libertatis*, inequivocamente demonstrados nos autos pelos fortes indícios de materialidade e autoria dos crimes descritos anteriormente, sendo patente, portanto, a **NECESSIDADE DE IMEDIATA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA** de **MATEUS DE CARVALHO SPOSITO** (CPF n. 218.442.278-98), **RICHARDS DYER POZZER** (CPF n. 031.986.259-39), **ROGÉRIO BERALDO DE ALMEIDA** (CPF n. 151.937.388-0), **MARCELO ARAÚJO BORMEVET** (CPF n. 007.457.567-86) e **GIANCARLO GOMES RODRIGUES** (CPF n. 70.864.947-55) como garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, por existir perigo pelo estado de liberdade dos imputados(HC 216.003-AgR/MG, Rel. Min. NUNES MARQUES, Segunda Turma, DJe 24/03/2023; HC 224.073-AgR/GO, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe 14/03/2023; HC 217.163-AgR/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe 25/11/2022; HC 217.887-AgR/MG, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe 24/8/2022 e HC 196.907-AgR/RO, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe 02/06/2021).

Destaco, ainda, que a manutenção dos agentes públicos nos respectivos cargos poderia dificultar a colheita de provas e obstruir a instrução criminal, direta ou indiretamente, por meio da destruição de provas e da intimidação a outros servidores públicos, a despeito das prisões preventivas, até em razão do que as fundamenta, daí a necessidade da suspensão do exercício do cargo público para aqueles cujas prisões foram determinadas, conforme entendimento desta SUPREMA CORTE (Inq. 4.879 Ref, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, DJe de 20/4/2023; AC 4.070 Ref, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 21/10/2016; HC 157.972 AgR/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES, Relator(a) p/ Acórdão Min. NUNES MARQUES, Segunda Turma, julgado em 8/4/2021; HC 191.068 AgR/RJ, Rel. Min. GILMAR MENDES, Relator(a) p/ Acórdão Min. NUNES MARQUES, Segunda Turma, julgado em 8/4/2021; HC 169.087/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 4/5/2020; HC 158.927/GO, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 26/3/2019; RHC 191.949 AgR/SP, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 23/11/2020).

IV) COMPARTILHAMENTO DE PROVAS PRODUZIDAS NA PRESENTE INVESTIGAÇÃO COM OUTROS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS QUE TRAMITAM NESTA CORTE.

A autoridade policial requer o compartilhamento das provas produzidas na presente investigação com procedimentos investigatórios (Inq 4.781/DF, Inq 4.828/DF e Inq 4.874/DF) que tramitam nesta CORTE, por entender existir conexão probatória entre eles. Destaca, em linhas gerais, que:

388. A conduta de difundir desinformação, inclusive relacionada a incitação das forças armadas, realizada pelos **POLICIAIS FEDERAIS** durante e após segundo turno das eleições, inclusive por meio de perfis *fake* conforme declinado

por **BORMEVET**, nos moldes praticados pela estrutura paralela de inteligência, ocupando funções de alta grandeza e relevância na **ABIN, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** plenamente cientes que suas mensagens nos grupos que integram(integravam) carregavam a credibilidade de suas funções públicas é **circunstância de altíssima reprovabilidade e deslealdade com as instituições referidas.**

(...)

399. Os policiais federais **BORMEVET** e **CARLOS MAGNO**, reitera-se por oportuno, **possuíam relações diretas com os canais de inteligência pela pelo exercício funcional na ABIN, pela na própria POLÍCIA FEDERAL** assim as referências relacionadas ao rompimento democrático declaradas pelos policiais é circunstância relevante que indica **no mínimo** potencial conhecimento do planejamento das ações que culminaram na construção da minuta do decreto de intervenção.

400. Nessa linha, o policial federal **BORMEVET**, atuando na **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, questionou seu subordinado militar **GIANCARLO**, que estava em exercício na **ABIN**, no dia **21/12/2022** sobre a possibilidade de o então **PRESIDENTE DA REPÚBLICA JAIR BOLSONARO** assinar, em suas próprias palavras, "a porra do decreto".

401. **BORMEVET**: "O Nosso PR imbrochável **já assinou a porra do decreto?**"

402. **GIANCARLO**: "Assinou nada. Tá foda essa espera, se é que vai ter alguma coisa."

403. **BORMEVET**: "Tem dia que eu acredito que terá, tem dia que não".

(...)

404. As ações clandestinas, portanto, realizadas pela estrutura paralela de contrainteligência de Estado valendo-se dos recursos da **ABIN** e de outras instituições direcionadas para atacar instituições, opositores e descreditar o sistema eleitoral essencialmente por desinformação, além de apresentarem

conexão com os demais apuratórios do INQ 4781, potencialmente se situam nonexo causal dos delitos que culminaram na tentativa de abolição violenta do estado democrático de direito.

405. O eventual reconhecimento da conexão entre a presente investigação e os fatos apurados no INQ 4781, bem como a exposição dos elementos de prova aos investigados, acarretará inevitavelmente o risco de perecimento de evidências. Além disso, ainda não foram identificadas todas as estruturas da ORCRIM nem seus métodos operacionais, mas é evidente que a organização permanece ativa, conforme demonstram as campanhas de desinformação promovidas por foragidos. Estes são alimentados pela desinformação gerada por uma estrutura paralela de inteligência que se infiltrou na ABIN.

A **Procuradoria-Geral da República** manifestou-se pela autorização do compartilhamento de provas, notadamente por entender que os elementos condensados na representação policial revelaram que a estrutura infiltrada na ABIN representava apenas uma célula de uma organização criminosa mais ampla, voltada ao ataque de opositores, de instituições e de sistemas republicanos, com atuação que não se restringia às investigações relacionadas à referida Agência Brasileira de Inteligência, mas que poderia ecoar em outros procedimentos investigatórios, a saber:

O inquérito n. 4.781 foi instaurado para apurar "notícias_fraudulentas (fake news), denúncias caluniosas, ameaças e infrações revestidas de *animus calumniandi, diffamandi e injuriandi*, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros e familiares".

A representação sob análise abordou ações clandestinas direcionadas a Ministros da Suprema Corte, como retaliação a decisões que contrariavam os interesses da organização criminosa, sendo evidente a conexão entre as investigações.

Importante ressaltar que a própria instauração do INQ 4871 foi causa motivadora de ações do grupo criminoso, sendo

bastante relevante o compartilhamento das provas, até mesmo para eventual caracterização do crime previsto no art. 2º, §1º, da Lei n. 12.850/13 (impedir ou embaraçar investigação de infração penal que envolva organização criminosa).

O INQ 4828, por sua vez, foi instaurado para apurar "a organização e o eventual financiamento de atos antidemocráticos, explicitados em manifestações populares massivas diante de quartéis do Exército brasileiro, em várias capitais, no dia 19 de abril de 2020".

Como mencionado acima, os elementos reunidos na representação revelaram que as ações dos investigados "*situam-se potencialmente na linha de desdobramento natural dos fatos que resultaram na tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito*", sendo o compartilhamento das provas essencial para a confirmação da tese investigativa.

O INQ 4874, por fim, investiga "possível organização criminosa, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento e político absolutamente semelhantes àqueles identificados no Inquérito 4.781, com a nítida finalidade de atentar contra a Democracia e o Estado de Direito". Trata-se do mesmo *modus operandi* investigado no presente feito, sendo extremamente relevante o compartilhamento das provas, para a mais ampla apuração das responsabilidades penais.

Tendo em vista que ao longo das investigações, sobretudo após o cumprimento das diligências promovidas na Pet 12.027/DF, na Pet 11.108/DF e na Pet 11.840/DF, a autoridade policial descortinou a existência de uma organização criminosa, responsável por utilizar, dentre outros, do sistema de inteligência *First Mile* da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) para monitorar ilegalmente pessoas e autoridades públicas, que poderiam, em tese, ser opositores aos interesses do "NÚCLEO POLÍTICO" (núcleo que seria o destinatário e o beneficiário do produto ilícito materializado na desinformação produzida pelo "NÚCLEO ESTRUTURA PARALELA", inclusive por meio de difusões em

redes sociais), bem como monitorar pessoas em procedimentos investigatórios instaurados contra membros da família do então Presidente da República **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, além de monitorar autoridades públicas (membros dos Poderes Judiciário e Legislativo) com o escopo de questionar a credibilidade do sistema eleitoral, verifica-se a existência de conexão probatória entre a presente investigação e os procedimentos investigatórios que tramitam nesta CORTE (Inq 4.781/DF, Inq 4.828/DF e Inq 4.874/DF).

A esse respeito, lembro que o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL já se manifestou no sentido de inexistir óbice à partilha de elementos informativos colhidos no âmbito de inquérito penal para fins de instrução de outro procedimento contra o mesmo investigado (HC 102.293/RS, Rel. Min. AYRES BRITTO, Segunda Turma, DJe de 19/12/2011), observadas a garantia constitucional do contraditório e a impossibilidade de utilização da prova emprestada como único elemento de convicção do julgador. Nesse sentido, cito como exemplo os compartilhamentos já anteriormente deferidos nos Inquéritos 4781, 4828, 4874 e nas PETs 9005, 11552, 10405, 11645, 11108, todos de minha relatoria.

Portanto, assiste razão à autoridade policial quanto ao compartilhamento das provas com os Inq 4.781/DF, Inq 4.828/DF e Inq 4.874/DF, em trâmite nesta SUPREMA CORTE.

V) COMPARTILHAMENTO DE PROVAS PRODUZIDAS NA PRESENTE INVESTIGAÇÃO COM A CORREGEDORIA DA ABIN.

A Polícia Federal também requereu o compartilhamento de provas com a Corregedoria da ABIN para a instrução dos procedimentos administrativos e/ou sindicâncias em andamento.

No entanto, como bem observado pela Procuradoria-Geral da República, tal diligência não se mostra apropriada para o atual estágio das investigações:

Em fases anteriores desta investigação, foram identificadas ações das novas gestões da ABIN indicativas da

intenção de evitar a apuração aprofundada dos fatos, o que ensejou a avocação do procedimento disciplinar ali instaurado pela Controladoria Geral da União.

A própria representação enfatiza que, em data recente, agente investigado da ABIN procurou um Senador da República, com o possível intuito de embaraçar as investigações (fl. 12).

A aparente resistência identificada no interior da Agência Brasileira de Inteligência e a ausência de urgência do pretendido compartilhamento, que pode ocorrer após o encerramento das investigações, recomendam o indeferimento do pedido formulado.

Deste modo, o compartilhamento das provas com a Corregedoria da ABIN não é medida adequada para o presente momento investigatório.

VI) BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR (RESIDENCIAL E PROFISSIONAL) E PESSOAL.

A autoridade policial REPRESENTOU pelo deferimento de medida de busca e apreensão domiciliar (residência e trabalho), veicular e pessoal, nos endereços vinculados aos investigados **MATEUS DE CARVALHO SPOSITO** (CPF n. 218.442.278-98), **JOSÉ MATHEUS SALES GOMES** (CPF n. 054.246.383-09), **DANIEL RIBEIRO LEMOS** (CPF n. 001.080.746-25), **RICHARDS DYER POZZER** (CPF n. 031.986.259-39), **ROGÉRIO BERALDO DE ALMEIDA** (CPF n. 151.937.388-0), **MARCELO ARAÚJO BORMEVET** (CPF n. 007.457.567-86) e **GIANCARLO GOMES RODRIGUES** (CPF n. 70.864.947-55).

A autoridade policial requereu, ainda, que conste, expressamente, nos mandados de busca e apreensão, sobre:

(i) a "intimação expressa para ciência do interessado de que se trata de medida investigativa envolvendo organização criminosa e os atos que frustrem a eficácia da medida inclusive a demora em

franquear o acesso aos policiais federais aos locais de busca ou de resistência à busca pessoal e veicular poderão ensejar na conduta do delito do art. 22, §12, da Lei 12.850/2013";

(ii) a "*autorização para uso de força no intuito de romper qualquer obstáculo à execução do mandado, especialmente, portas, cofres, gavetas, paredes, armários e outros ambientes ou móveis nos limites espaciais do mandado, desde que negado o acesso pelos investigados ou na hipótese de não estarem presentes no local das buscas*";

(iii) a "*autorização para acesso ao conteúdo de quaisquer documentos, correspondências, mídias de armazenamento, aparelhos eletrônicos, computadores e quaisquer outros elementos encontrados durante as buscas, afastando o sigilo de dados (artigo 52, inciso XII, da CF)*";

(iv) a "*decretação da quebra de sigilo de dados informáticos e correspondências pessoais para o acesso a documentos, mídias, dispositivos eletrônicos, celulares, computadores e outros elementos encontrados em buscas, incluindo os armazenados na nuvem*";

(v) a "*autorização para as Autoridades Policiais acessarem o conteúdo dos computadores no local das buscas e de arquivos eletrônicos apreendidos, incluindo comunicações eventualmente registradas*"; e

(vi) a "*autorização para acesso aos vestígios digitais em nuvem por meio de credenciais eventualmente obtidas, bem como acesso aos arquivos armazenados em nuvem da instituição vinculada ao investigado*".

A inviolabilidade domiciliar constitui uma das mais antigas e importantes garantias individuais de uma Sociedade civilizada, pois engloba a tutela da intimidade, da vida privada, da honra, bem como a proteção individual e familiar do sossego e tranquilidade, inclusive do local onde se exerce a profissão ou a atividade, desde que constitua ambiente fechado ou de acesso restrito ao público (HC 82.788/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Esse fundamental direito, porém, não se reveste de caráter absoluto (RHC 117.159/DF, Primeira Turma, Rel. Min. LUIZ FUX) e não deve ser transformado em garantia de impunidade de crimes, que, eventualmente, em seu interior se pratiquem ou que possibilitem o armazenamento de dados probatórios necessários para a investigação (RT 74/88, 84/302); podendo ser, excepcionalmente, afastado durante a persecução penal do Estado, desde que presentes as hipóteses constitucionais e os requisitos legais (RE 603.616/RO, Repercussão Geral, Tribunal Pleno, Rel. Min. GILMAR MENDES; HC 93.050-6/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. CELSO DE MELLO e HC 97.567/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. ELLEN GRACIE).

A necessidade das buscas e apreensões está bem explicitada na representação da Polícia Federal:

513. A eventual exposição dos elementos probatórios em razão das diligências em andamento potencialmente resultará na perda de obter elementos probatórios que corroborem (ou afastem em benefício aos investigados) a integração na ORCRIM, bem como revelem outros integrantes ainda não identificados.

514. A existência, dessa forma, do risco de perecimento dos vestígios cuja volatilidade desafia a progressão probatória demanda a necessidade e adequação da medida investigativa de busca e apreensão em atenção ao primado da oportunidade probatória.

515. A diligência de busca e apreensão representada, presentes os pressupostos de prova inequívoca da materialidade e os indícios suficientes de autoria, é, portanto, necessária para obtenção dos vestígios físicos e digitais não obtidos pelos meios ordinários, por exemplo, os arquivos disponíveis nas respectivas estações de trabalho, bem como aqueles guarnecidos em dispositivos moveis de armazenamento em suas respectivas residência, bem como se mostra adequada aos fins propostos eis que agrega ao acervo probatório elementos de prova que podem beneficiar os próprios investigados.

516. A proporcionalidade é destacada pela ponderação dos direitos individuais tanto dos responsáveis pelo monitoramento e gestão, quanto das eventuais vítimas, em relação à garantia da instrução processual necessária para garantir a individualização das condutas.

Igualmente, manifestou-se a **Procuradoria-Geral da República**, salientando a necessidade das medidas pleiteadas, com a ressalva quanto à busca no ambiente profissional do investigado **JOSÉ MATHEUS SALES GOMES**:

A representação estabelece um quadro fático-probatório indicativo da necessidade e pertinência de medidas de busca e apreensão pessoal e domiciliar (residencial e profissional) tendo por alvo os investigados, nos endereços a serem indicados pela Polícia Federal. Descrevem-se fortes indícios dos crimes previstos nos arts. 2º da Lei n. 12.850/2013 (Organização Criminosa), 10 da Lei n. 9.296/96 (Interceptação Ilegal), 154-A do Código Penal (Invasão de Dispositivo Informático) e 325, §2º, do Código Penal (Violação de Sigilo Funcional).

O pedido da autoridade policial convence da imprescindibilidade da providência, em prol do avanço das investigações, que podem se beneficiar do achado de documentos, anotações, registros, mídias, aparelhos eletrônicos e demais dispositivos de armazenamento de dados reveladores de circunstâncias delituosas, da eventual participação de outros agentes, propiciando uma mais completa compreensão de condutas relevantes.

Há necessidade, ainda, de que seja concedida à Autoridade Policial autorização para acessar equipamentos e dispositivos eletrônicos apreendidos no cumprimento das medidas requeridas.

Por outro lado, com a devida vênia, especificamente no tocante às buscas em ambiente profissional, há informações de que José Matheus Sales Gomes ainda exerce as funções de assessor parlamentar (IPJ n 2560125/2024). A busca e apreensão em ambiente parlamentar federal importa significativa

interferência de um Poder sobre a sede de outro Poder, tensionando o equilíbrio desejado entre eles. A interferência física sobre repartições do Congresso Nacional exige robustez de maior magnitude na descrição de fatos que convençam da sobrelevada relevância da medida para os fins da investigação, de sorte a que se distinga, com nitidez, o seu caráter indispensável. Não vejo nos autos, ao menos neste estágio das investigações, fatos expostos que atendam ao rigor com que a postulação da providência deve ser sopesada.

Efetivamente, a solicitação de medida investigativa nas dependências da POLÍCIA FEDERAL está devidamente justificada, tendo sido decorrente de aprofundamento da investigação, que já teve medida similar deferida nas Pet 12.027/DF, Pet 11.008/DF e Pet 11.840/DF, todas de minha relatoria. Também verifico que está circunscrita aos locais vinculados aos fatos investigados, devidamente indicados, limitando-se aos endereços pertinentes.

Dessa forma, estão presentes os requisitos do art. 240, do Código de Processo Penal, para a ordem judicial de busca e apreensão, pois o pedido está devidamente motivado em fundadas razões que, alicerçadas em indícios de autorias e materialidade criminosas, sinalizariam a necessidade da medida para colher elementos de prova relacionados à prática de infrações penais.

A existência dos pressupostos necessários ao afastamento da garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio (residência e trabalho), bem como em relação à busca pessoal, justificam a ação invasiva na procura de outras provas das condutas ora postas sob suspeita em relação aos investigados: **MATEUS DE CARVALHO SPOSITO** (CPF n. 218.442.278-98), **JOSÉ MATHEUS SALES GOMES** (CPF n. 054.246.383-09), **DANIEL RIBEIRO LEMOS** (CPF n. 001.080.746-25), **RICHARDS DYER POZZER** (CPF n. 031.986.259-39), **ROGÉRIO BERALDO DE ALMEIDA** (CPF n. 151.937.388-0), **MARCELO ARAÚJO BORMEVET** (CPF n. 007.457.567-86) e **GIANCARLO GOMES RODRIGUES** (CPF n. 70.864.947-55).

Entretanto, nos termos do parecer da **Procuradoria-Geral da República**, não se revela necessária, no presente momento, a busca e apreensão nas dependências da Câmara dos Deputados, uma vez que não há, demonstração razoável de que o investigado **JOSÉ MATHEUS SALES GOMES** estaria aproveitando-se do exercício das funções públicas (há a notícia de que ele ainda exerceria as funções de assessor parlamentar – IPJ n. 2560125/2024) para guardar ou depositar provas na Casa Parlamentar.

Tal medida poderá ser substituída por comunicação sigilosa ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado **ARTHUR LIRA**, requisitando o envio dos computadores e celulares funcionais utilizados por **JOSÉ MATHEUS SALES GOMES**.

VII) MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO FIXADAS NA PET 12.027/DF.

A Polícia Federal requereu a manutenção das medidas cautelares fixadas em face de **CARLOS AFONSO GONÇALVES GOMES COELHO** (CPF n. 028.966.549-33), de **CARLOS MAGNO DE DEUS RODRIGUES** (CPF n. 006.271.107-54), de **FELIPE ARLOTTA FREITAS** (CPF n. 088.097.827-98), de **HENRIQUE CÉSAR PRADO ZORDAN** (CPF n. 018.790.391-33) e de **LUIZ FELIPE BARROS FELIX** (CPF n. 083.130.057-42).

No caso em tela, como não houve qualquer alteração do panorama fático das investigações, permanecem hígidos os fundamentos adotados para a imposição das mencionadas medidas cautelares diversas da prisão, tal como destacado pela **Procuradoria-Geral da República**:

Quanto à manutenção das medidas alternativas já fixadas aos representados que foram alvos de fases anteriores da investigação, observa-se que o quadro fático considerado para a decretação das medidas permanece inalterado no atual momento processual, notadamente diante da necessidade de

prolongamento da investigação criminal, o que legitima a manutenção da decisão já proferida, mantendo-se incólumes as razões consideradas para a imposição das cautelares.

VIII) IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO PREVISTAS NO ART. 319, III A VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

Em relação aos investigados **JOSÉ MATHEUS SALES GOMES** (CPF n. 054.246.383-09) e **DANIEL RIBEIRO LEMOS** (CPF n. 001.080.746-25), a Polícia Federal requereu a imposição das seguintes medidas cautelares diversas da prisão:

- i)** Determinação da entrega do passaporte pessoal e/ou documento funcional;
- ii)** Proibição de acesso ou frequência a qualquer das dependências da Polícia Federal, salvo quando intimados para formalização de ato no bojo de processo administrativo disciplinar, judicial, inquérito policial e outros correlatos;
- iii)** Proibição de manter contato com qualquer dos investigados (e/ou testemunha), seja diretamente ou por intermédio de 3ª (terceiras) pessoa;
- iv)** Proibição de ausentar-se, sem licença, do município de sua residência e/ou do Distrito Federal;
- v)** Recolhimento domiciliar no período noturno;
- vi)** Suspensão do exercício de função pública, sem prejuízo de seus vencimentos, pelo maior período necessário para o término de procedimento administrativo disciplinar e/ou término das investigações sobre os fatos aqui apresentados;
- vii)** Suspensão do acesso à rede, sistemas e demais serviços da infraestrutura da Polícia Federal, ressalvados aqueles de gestão pessoal.

No caso em tela, a autoridade policial discorre sobre a necessidade

da imposição das medidas cautelares, dentre elas o afastamento as funções públicas, com a seguinte fundamentação:

504. Os demais sujeitos da investigação que foram identificados, mas não restaram expressamente atuando nas interlocuções dos investigados para propagação de desinformação em benefício do NÚCLEO-POLÍTICO precisam ter suas respectivas condutas individualizadas, razão pela qual se faz mister a manutenção das medidas restritivas impostas para garantia da continuidade das diligências.

505. A identificação de novos núcleos e a potencial conexão com os fatos apurados no **INQ 4781** demanda, portanto, a necessidade de manutenção das medidas cautelares impostas aos Policiais Federais com o fito de garantir a máxima individualização das condutas dos policiais federais.

NOME	CPF	REFERÊNCIA
CARLOS AFONSO GONÇALVES		GOMES COELHO
028.966.549-33	NÚCLEO-PF	
CARLOS MAGNO DE DEUS		RODRIGUES
006.271.107-54	NÚCLEO-PF	
FELIPE ARLOTTA FREITAS		088.097.897-98
NÚCLEO-PF		
HENRIQUE CÉSAR PRADO ZORDAN		018.790.391-33
NÚCLEO-PF		
LUIZ FELIPE BARROS FELIX		083.130.057-42
NÚCLEO-PF		

506. Além dos policiais federais, outros sujeitos foram identificados como integrantes da ORCRIM, ou no mínimo figuram como partícipes dos delitos sob apuração, razão pela qual para garantir a inteira identificação e outros integrantes se faz mister a imposição de medidas cautelares diversas da prisão em relação aos seguintes sujeitos da investigação:

NOME	CPF	REFERÊNCIA
------	-----	------------

JOSÉ MATHEUS SALES GOME	054.246.383-09
NÚCLEO-PRESIDÊNCIA	
DANIEL RIBEIRO LEMOS	001.080.746-25
NÚCLEO VETOR DE PROPAGAÇÃO	

LOCAIS DE INTERESSE: DOMICÍLIO RESIDENCIAL, VEÍCULOS, PESSOAL E ABIN (DOCUMENTOS, VESTÍGIOS DIGITAIS, ARQUIVOS, LOGS, E-MAILS E DEMAIS ELEMENTOS DE PROVA VINCULADOS AOS INVESTIGADOS)

507. A gravidade dos fatos e a potencial conexão com o INQ 4781 releva a imperiosa necessidade de garantir a verticalização probatória com a continuidade das diligências com o fito de garantir a máxima individualização das condutas dos investigados, razão pela qual se faz mister a manutenção das medidas restritivas de direitos impostas aos **POLICIAIS FEDERAIS E DOS SUJEITOS DO NÚCLEO-PRESIDÊNCIA e NÚCLEO-VETOR-PROPAGAÇÃO.**

508. A entrega dos respectivos passaportes em relação aos investigados é medida necessária para garantir a aplicação da lei penal.

A Procuradoria-Geral da República manifestou-se favoravelmente à imposição das medidas cautelares:

No tocante a José Matheus Sales Gomes e Daniel Ribeiro Lemos, foram apresentados elementos suficientes sobre a necessidade, adequação e proporcionalidade da fixação de medidas cautelares diversas da prisão, considerando a aparente contribuição de ambos para a organização criminosa, especialmente na interlocução com a Presidência da República, sendo importante ao avanço das investigações o deferimento do pedido formulado pela Autoridade Policial.

Nos termos do art. 282, do Código de Processo Penal, as medidas cautelares previstas deverão ser aplicadas observando-se a necessidade para a aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais e a adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

O art. 319 do mesmo diploma legal prevê que são medidas cautelares diversas da prisão:

I - comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;

II - proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações;

III - proibição de manter contato com pessoa determinada quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o indiciado ou acusado dela permanecer distante;

IV - proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução;

V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos;

VI - suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira quando houver justo receio de sua utilização para a prática de infrações penais;

VII - internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável (art. 26 do Código Penal) e houver risco de reiteração;

VIII - fiança, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem

judicial;

IX - monitoração eletrônica.

As medidas pleiteadas pela autoridade policial são razoáveis, proporcionais e adequadas ao atual momento da investigação, razão pela qual devem ser deferidas.

XI) DISPOSITIVO.

Diante de todo o exposto, nos termos do art. 21, do Regimento Interno do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DEFIRO PARCIALMENTE OS PEDIDOS E DETERMINO:

(1) A PRISÃO PREVENTIVA de MATEUS DE CARVALHO SPOSITO (CPF n. 218.442.278-98), de RICHARDS DYER POZZER (CPF n. 031.986.259-39), de ROGÉRIO BERALDO DE ALMEIDA (CPF n. 151.937.388-0), de MARCELO ARAÚJO BORMEVET (CPF n. 007.457.567-86) e de GIANCARLO GOMES RODRIGUES (CPF n. 70.864.947-55), que deverão ser, imediatamente, conduzidos a uma das unidades de Presídio Federal.

Também DETERMINO a suspensão imediata do exercício dos cargos públicos de MARCELO ARAUJO BORMEVET e GIANCARLO GOMES RODRIGUES. Expeçam-se os ofícios necessários ao Diretor-Geral da Polícia Federal e ao Comandante do Exército Brasileiro.

(2) A BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR (RESIDENCIAL E PROFISSIONAL) E PESSOAL de documentos, computadores, *tablets*, celulares e outros dispositivos eletrônicos, bem como de quaisquer outros materiais relacionados aos fatos descritos nos seguintes

endereços, inclusive, para que, caso não se encontre no local da realização da busca, proceda-se à apreensão de objetos e dispositivos eletrônicos de que tenha a posse, bem como a busca em quartos de hotéis, motéis e outras hospedagens temporárias onde o investigado tenha se instalado, caso esteja ausente de sua residência:

1. **MATEUS DE CARVALHO SPOSITO (CPF n. 218.442.278-98);**
2. **JOSÉ MATHEUS SALES GOMES (CPF n. 054.246.383-09);**
3. **DANIEL RIBEIRO LEMOS (CPF n. 001.080.746-25);**
4. **RICHARDS DYER POZZER (CPF n. 031.986.259-39);**
5. **ROGÉRIO BERALDO DE ALMEIDA (CPF n. 151.937.388-0);**
6. **MARCELO ARAÚJO BORMEVET (CPF n. 007.457.567-86);**
7. **GIANCARLO GOMES RODRIGUES (CPF n. 70.864.947-55).**

AUTORIZO, desde logo, a adoção das seguintes medidas pela autoridade policial:

(1.1) prosseguir nas medidas de busca e apreensão em endereços contíguos (para o que deve adotar todas as medidas necessárias a verificar a existência de eventuais cômodos secretos ou salas reservadas em quaisquer dos endereços diligenciados), bem assim determinação para que lhe franqueiem acesso, cópias ou apreensão dos registros de controle de ingresso nos endereços relacionados, caso existam.

(1.2) medidas de busca e apreensão em veículos automotores eventualmente encontrados no endereço e nos armários de garagem, quando as circunstâncias fáticas indicarem que o(a) investigado(a) faz uso de tais veículos, ainda que não estejam registrados em seu nome;

(1.3) acesso e a análise do conteúdo (dados, arquivos eletrônicos, mensagens eletrônicas e e-mails) armazenado em

eventuais computadores, servidores, redes, inclusive serviços digitais de armazenamento em nuvem", ou em dispositivos eletrônicos de qualquer natureza, por meio de quaisquer serviços utilizados, incluindo aparelhos de telefonia celular que forem encontrados, bem assim para a apreensão, se necessário for, dos dispositivos de bancos de dados, DVDs, CDs ou discos rígidos;

(1.4) acesso e a análise do conteúdo dos computadores e demais dispositivos no local das buscas e de arquivos eletrônicos apreendidos, mesmo relativo a comunicações eventualmente registradas, inclusive dados armazenados em nuvem", registrando-se e preservando-se o código *hash* dos arquivos eletrônicos; e

(1.5) arrolamento, a avaliação e a custódia, em ambiente seguro, do dinheiro em espécie e dos bens de elevado valor econômico apreendidos.

Expeçam-se os mandados, dirigidos à Polícia Federal, nos termos do art. 243, do Código de Processo Penal.

Deverá a autoridade policial: (a) apresentar os endereços onde serão realizadas as medidas de busca e apreensão; (b) apresentar e gerar, quando da coleta e do armazenamento dos materiais em ambiente virtual, os códigos de verificação e de autenticação (códigos *hash*), com vistas à adequada manutenção da cadeia de custódia e à validade dos vestígios digitais; e (c) analisar o material e o conteúdo eletrônico apreendidos de forma prioritária, apresentando relatório parcial no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

(3) A MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES RESTRITIVAS DE DIREITOS, diversas da prisão preventiva, fixadas na Pet 12.027/DF, aos investigados CARLOS AFONSO GONÇALVES GOMES COELHO (CPF n. 028.966.549-33), CARLOS MAGNO DE DEUS RODRIGUES (CPF n. 006.271.107-54), FELIPE ARLOTTA FREITAS (CPF n. 088.097.827-98), HENRIQUE CÉSAR PRADO ZORDAN (CPF n. 018.790.391-33) e LUIZ FELIPE BARROS FELIX (CPF n. 083.130.057-42).

(4.) A IMPOSIÇÃO CUMULATIVA DAS MEDIDAS CAUTELARES RESTRITIVAS DE DIREITOS, diversas da prisão preventiva, abaixo mencionadas aos investigados JOSÉ MATHEUS SALES GOMES (CPF n. 054.246.383-09) e DANIEL RIBEIRO LEMOS (CPF n. 001.080.746-25):

(4.1) PROIBIÇÃO de acesso ou frequência a qualquer das dependências da Polícia Federal, salvo quando intimados para formalização de ato no bojo de processo administrativo disciplinar, judicial, inquérito policial e outros correlatos;

(4.2) PROIBIÇÃO EM MANTER CONTATO COM QUAISQUER DOS DEMAIS INVESTIGADOS OU TESTEMUNHAS seja diretamente, por seus advogados ou por intermédio de 3^{as} (terceiras) pessoas;

(4.3) PROIBIÇÃO DOS INVESTIGADOS DE AUSENTAREM-SE, SEM AUTORIZAÇÃO DO JUÍZO, do município de sua residência e/ou do Distrito Federal;

(4.4) SUSPENSÃO DO ACESSO DOS INVESTIGADOS à rede, sistemas e demais serviços da infraestrutura da Polícia Federal;

(4.5) ENTREGA IMEDIATA DOS PASSAPORTES DOS INVESTIGADOS, com a sua suspensão, desde já autorizada a busca e apreensão caso não haja a sua entrega espontânea;

(4.6) RECOLHIMENTO DOMICILAR no período noturno.

(4.7) SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA, sem prejuízo de seus vencimentos, pelo maior período necessário para o término de procedimento administrativo disciplinar e/ou término das investigações sobre os fatos aqui apresentados.

O descumprimento de qualquer uma das medidas alternativas implicará na decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312, §1º, do CPP.

(5) **A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO SIGILOSO** ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, requisitando o envio dos computadores e celulares funcionais utilizados por JOSÉ MATHEUS SALES GOMES.

DEFIRO, ainda, O COMPARTILHAMENTO das provas com os Inq 4.781/DF, Inq 4.828/DF e Inq 4.874/DF, em trâmite nesta SUPREMA CORTE, nos termos pleiteados pela Polícia Federal e no parecer da Procuradoria-Geral da República, haja vista que o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL já se manifestou no sentido de inexistir óbice à partilha de elementos informativos colhidos no âmbito de inquérito penal para fins de instrução de outro procedimento contra o mesmo investigado (HC 102.293/RS, Rel. Min. AYRES BRITTO, Segunda Turma, DJe de 19/12/2011), observadas a garantia constitucional do contraditório e a impossibilidade de utilização da prova emprestada como único elemento de convicção do julgador;

INDEFIRO O COMPARTILHAMENTO das provas com a Corregedoria da ABIN, por entender que a medida não é adequada para o presente momento investigatório.

AUTORIZO o uso das provas produzidas no IPL n. 2021.0017297-SIP/SR/PF/DF (EVENTO RENAN BOLSONARO) e a utilização do áudio transcrito na IPL n. 2404151/2024;

DETERMINO, por fim, A PROIBIÇÃO DE QUALQUER CONTATO ENTRE TODOS OS INVESTIGADOS NOMINADOS NESTA DECISÃO (MATEUS DE CARVALHO SPOSITO, RICHARDS DYER POZZER, ROGÉRIO BERALDO DE ALMEIDA, MARCELO ARAÚJO BORMEVET, GIANCARLO GOMES RODRIGUES, JOSÉ MATHEUS SALES GOMES, DANIEL RIBEIRO LEMOS, CARLOS AFONSO GONÇALVES GOMES COELHO, CARLOS MAGNO DE DEUS RODRIGUES, FELIPE ARLOTTA FREITAS, HENRIQUE CÉSAR PRADO ZORDAN, LUIZ FELIPE BARROS FELIX), inclusive e especialmente com os outros investigados desta Pet e com os investigados da Pet 12.100 (AILTON GONÇALVES MORAES BARROS, ALMIR GARNIER SANTOS, AMAURI FERES SAAD,

PET 12732 / DF

ANDERSON GUSTAVO TORRES, ANGELO MARTINS DENICOLI, AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA, CLEVERSON NEY MAGALHÃES, EDER LINDSAY MAGALHÃES BALBINO, ESTEVAM THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA, GUILHERME MARQUES ALMEIDA, HÉLIO FERREIRA LIMA, JAIR MESSIAS BOLSONARO, JOSE EDUARDO DE OLIVEIRA E SILVA, LAÉRCIO VERGÍLIO, MARIO FERNANDES, PAULO RENATO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO FILHO, PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, RONALD FERREIRA DE ARAÚJO JÚNIOR, SERGIO RICARDO CAVALIERE DE MEDEIROS, TÉRCIO ARNAUD TOMAZ, WALTER SOUZA BRAGA NETTO e VALDEMAR COSTA NETO), bem como com os da Pet 12.027 (ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES, CARLOS AFONSO GONÇALVES GOMES COELHO, MARCELO ARAUJO BORMEVET, CARLOS MAGNO DE DEUS RODRIGUES, FELIPE ARLOTTA FREITAS, HENRIQUE CÉSAR PRADO ZORDAN, ALEXANDRE RAMALHO DIAS FERREIRA, LUIZ FELIPE BARROS FELIX, OTTONEY BRAGA DOS SANTOS, THIAGO GOMES QUINALIA, RICARDO WRIGHT MINUSSI MACEDO e BRUNO DE AGUIAR FARIA).

Expeça-se o necessário.

Comunique-se à autoridade policial.

Ciência à Procuradoria-Geral da República.

Cumpra-se.

Brasília, 9 de julho de 2024.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

Documento assinado digitalmente